

Especialização em

GESTÃO EM SAÚDE

Módulo Básico



Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração

Renê Birochi



2015. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.



Esta obra está licenciada nos termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 3.0 Brasil, podendo a OBRA ser remixada, adaptada e servir para criação de obras derivadas, desde que com fins não comerciais, que seja atribuído crédito ao autor e que as obras derivadas sejam licenciadas sob a mesma licença.

B619m Birochi, Renê

Metodologia de estudo e de pesquisa em administração / Renê Birochi. –
Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC;
[Brasília] : CAPES : UAB, 2015.
134p.

Especialização – Módulo Básico
Programa Nacional de Formação em Administração Pública
Inclui referências
ISBN: 978-85-7988-262-3

1. Administração – Metodologia. 2. Administração – Pesquisa.
3. Trabalho científico. 4. Pesquisa – Estudo e ensino. 5. Educação a distância.
I. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil).
II. Universidade Aberta do Brasil. III. Título.

CDU: 001.8:65

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Ministério da Educação – MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP
Especialização em Gestão em Saúde

METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Renê Birochi



2015

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS DIDÁTICOS

Universidade Federal de Santa Catarina

AUTOR DO CONTEÚDO

Renê Birochi

EQUIPE TÉCNICA – UFSC

Coordenação do Projeto

Alexandre Marino Costa

Coordenação de Produção de Recursos Didáticos

Denise Aparecida Bunn

Projeto Gráfico

Adriano Schmidt Reibnitz

Annye Cristiny Tessaro

Editoração e Ilustração

Stephany Kaori Yoshida

Designer Instrucional

Sergio Luiz Meira

Revisão Textual

Sergio Luiz Meira

Capa

Alexandre Noronha

Créditos da imagem da capa: extraída do banco de imagens Stock.xchng sob direitos livres para uso de imagem.

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
-------------------	---

Unidade 1 – Métodos de Estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto

Métodos de Estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto	11
Autonomia e Visão Crítica do Estudante	12
O Plano de Estudos: a documentação	14
Análise e Interpretação de Textos	19
Resumo, Resenha e Resenha Crítica	21

Unidade 2 – Ciência, Metodologia e Pesquisa em Administração

Ciência, Metodologia e Pesquisa em Administração	27
A Ciência e o Conhecimento Científico	27
Tipos de Conhecimento.....	31
Escolas do Pensamento Científico: o positivismo e o construtivismo	33
Classificação das Ciências.....	36
Metodologia e Método	38
A Pesquisa Científica em Administração	40

Unidade 3 – Tipos de Pesquisa e Estratégias de Pesquisa

Tipos de Pesquisa e Estratégias de Pesquisa	47
Tipos de Pesquisa	47
Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa	51
Estratégias de Pesquisa	57

Unidade 4 – O Processo de Pesquisa

O Processo de Pesquisa	71
Preparação da Pesquisa	71
O Projeto de Pesquisa.....	78
Fases da Pesquisa	79

Unidade 5 – Instrumentos e Técnicas de Coleta, Análise e Interpretação de Dados

Instrumentos e Técnicas de Coleta, Análise e Interpretação de Dados	101
Observação	101
Entrevistas	105
Questionários	109
Análise e Interpretação de Dados.....	109

Unidade 6 – Estrutura e Organização de Trabalhos Científicos

Estrutura e Organização de Trabalhos Científicos	117
Relatório de Pesquisa.....	117

Considerações Finais.....	127
---------------------------	-----

Referências.....	129
------------------	-----

Minicurriculo	134
---------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Caro estudante!

Seja bem-vindo à disciplina *Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração*.

Este material tem como objetivo principal auxiliá-lo na compreensão e aprofundamento de conteúdos que o acompanharão ao longo de todo o curso. A elaboração final de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de uma monografia, **dissertação*** ou tese segue, em linhas gerais, as mesmas etapas e passos aqui descritos, constituídos pelo método científico, com vistas à elaboração e redação de um projeto dessa natureza.

Mas antes de tratarmos do método científico vamos iniciar nossa disciplina com outro tipo de método: o método de estudo, o qual apresenta um conjunto de orientações e dicas para que você possa habituar-se a uma atividade intelectual sistematizada, que consiste no planejamento de recursos pedagógicos voltados para a leitura, análise e interpretação de textos. Estas atividades farão parte do seu plano de estudos, que representa um instrumento valioso para o desenvolvimento adequado de atividades de aprendizagem para a construção do seu conhecimento. Esta etapa somente conseguirá ser plenamente bem-sucedida se você imbuir-se de um espírito de autonomia e visão crítica.

A seguir faremos uma breve digressão a respeito da ciência e do conhecimento científico, de suas diferentes abordagens e escolas de pensamento. Esta digressão baseou-se em destacados autores especializados no domínio da filosofia da ciência. Apresentaremos, também, os conceitos de metodologia e método científico, tendo em vista conhecermos os seus fundamentos, assim como as especificidades que caracterizam as pesquisas científicas no campo da Administração.

Dissertação – é “[...] um estudo teórico, de natureza reflexiva, que consiste na ordenação de idéias sobre determinado tema”.
Fonte: Salvador (1980, p. 35).

Este trabalho não pretende esgotar a compreensão acerca do método científico, mas pelo contrário, pretende ser uma introdução ao tema baseada em alguns autores consagrados nessa área. O estudante que desejar aprofundar seus conhecimentos encontrará na bibliografia recomendada ao final deste livro sugestões de leituras especializadas que poderão auxiliá-lo a complementar esta introdução ao tema.

Tais procedimentos são realizados com a utilização de recursos técnicos, tais como um gravador de áudio ou vídeo, uma câmera fotográfica, cadernos para anotações etc., que servem para registrar e documentar os dados e informações coletadas.

As pesquisas científicas implicam, adicionalmente, escolhas metodológicas realizadas pelo pesquisador. Isto significa dizer que iremos apresentar uma visão panorâmica a respeito dos diferentes tipos de pesquisa, de suas abordagens e instrumentos de coleta e análise de dados.

Mas uma boa pesquisa não se realiza sem nos aprofundarmos no seu próprio processo, ou seja, as suas etapas constituintes, tais como: a escolha do tema de pesquisa; a delimitação do problema; a definição do objeto e dos objetivos; e a construção do marco teórico conceitual. Todas essas etapas, e ainda mais outras, deverão ser expressas por meio da redação de um projeto de pesquisa, que irá descrever detalhadamente cada passo a ser cumprido pelo pesquisador, com as devidas justificativas e fundamentação relativas às suas escolhas.

Por fim, encerraremos nossa disciplina com uma breve abordagem sobre o relatório de pesquisa, que representa a etapa de finalização e consolidação de todo este processo descrito até aqui, e que servirá, também, como uma espécie de recapitulação de cada uma das seções abordadas, as quais deverão estar presentes no conteúdo do relatório final.

Antes de iniciar cabe uma observação. Neste livro optei por assumir a regra gramatical padrão da Língua Portuguesa, consciente de que esta opção pode contribuir para produzir a naturalidade com que o gênero masculino é entendido como o genérico da humanidade. Contudo, esta opção foi adotada para evitar dificuldades de compreensão textual para a leitora e para o leitor.

Desejo a você um excelente aproveitamento no seu estudo e em suas pesquisas científicas!

Professor Renê Birochi

UNIDADE 1

MÉTODOS DE ESTUDO:
ORIENTAÇÃO PARA A LEITURA,
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE
TEXTO



OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade, você deverá ser capaz de:

- ▶ Identificar os principais instrumentos para a prática de estudos de textos acadêmicos;
 - ▶ Compreender a importância da documentação como método de estudo pessoal; e
 - ▶ Elaborar um roteiro de estudos visando à análise e interpretação de textos.
-

MÉTODOS DE ESTUDO: ORIENTAÇÃO PARA A LEITURA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Olá estudante,

Bem-vindo à primeira Unidade da disciplina *Metodologia do Estudo e da Pesquisa*, na qual iremos apresentar algumas orientações para a prática de estudos de textos acadêmicos. Num curso superior, estudar requer novos desafios aos jovens estudantes, que precisam desenvolver a autonomia, a pró-atividade e a visão crítica; daí a importância do método de estudo na construção do conhecimento.

Portanto, iremos refletir sobre a importância da elaboração de um plano de estudo e de um cronograma cuidadosamente estruturado; conhecer alguns instrumentos de trabalho, tais como a documentação e a consulta a fontes bibliográficas; e aprender os processos de fichamento das leituras e das notas de aulas, fundamentais para a manutenção da qualidade da documentação nos estudos.

Fechando a Unidade, iremos estudar a análise e interpretação de textos, com destaque para as formas de análise: textual, temática e interpretativa; e conhecer os documentos: “resumo”, “resenha” e “resenha crítica”.

Preparado para começar os estudos?

Vamos em frente!

Autonomia e Visão Crítica do Estudante

O estudante universitário, em especial o de um curso superior no modelo a distância, depara-se com um contexto de estudos

significativamente diferente daquele conhecido até então. Se, por um lado, o estudante de ensino médio acostumou-se a receber conteúdos prontos para o seu estudo, o universitário, por sua vez, enfrenta novos desafios: o novo ambiente de ensino e aprendizagem requer uma postura baseada na **autonomia** e na **visão crítica**.

Estes novos aspectos implicam características pessoais relacionadas com a autodisciplina e com a visão crítica da realidade. A **autodisciplina** deve atuar como uma espécie de exercício pessoal, cotidiano e sistemático, que auxilia o estudante a vencer o trabalho, muitas vezes, solitário e árido, de leitura e análise de [textos acadêmicos](#). A **visão crítica**, por sua vez, é algo qualitativamente mais difícil de ser atingido, pois não se resume à prática instrumental de um conjunto

de procedimentos orientados para o treinamento, porém para a **formação**. Neste caso, exige-se do estudante capacidade analítica de discernimento e desconfiança (dúvida), pois os conteúdos de estudos não devem ser encarados como verdades absolutas e inquestionáveis, mas, ao contrário, como estágios provisórios de um conhecimento em construção contínua. Evidentemente, a desconfiança enquanto atitude interrogativa, ou, como propôs o filósofo René Descartes, em seu *Discurso do Método* (DESCARTES, 1973), a utilização da “dúvida” como exercício metódico de verificação da verdade deve ancorar-se em argumentos bem fundamentados teoricamente, sob o risco de constituir-se, ao contrário, em mera afirmação leviana e infundada.



Saiba mais

Texto Acadêmico

O que caracteriza um texto acadêmico é, antes de tudo, o seu objeto: ele veicula o fruto de alguma investigação científica, filosófica ou artística. Deve, pois, refletir o rigor, a perspectiva crítica, a preocupação constante com a objetividade e a clareza, que são parte inerente à pesquisa acadêmica. Num texto podemos distinguir o conteúdo (ideias, estrutura argumentativa, etc.) da forma (linguagem, disposição dos elementos, etc.). Embora a qualidade de um texto acadêmico dependa fundamentalmente de seu conteúdo, este não poderá ser devidamente compreendido e examinado se a forma que o reveste for deficiente. A consolidação da arte de bem redigir depende, acima de tudo, do contato direto e sistemático com os grandes exemplos de produção escrita, não apenas de natureza estritamente acadêmica, mas também literária de um modo geral. Fonte: Chibeni (2014b).

O debate sobre a formação (*Bildung*) e o treinamento ou semiformação (*Halbbildung*) é tratado em profundidade no campo da Administração Pública no artigo *Gestão Social e Bildung: reflexões sobre a importância da formação para a democratização no setor público*.

Neste sentido, estamos nos referindo ao método, representado pelo caminho sistemático e rigoroso do conhecimento, mas, também, estamos salientando o papel seminal da autonomia e visão crítica do estudante.

Em relação à autonomia do estudante, sublinhamos a transformação ocorrida na tradição pedagógica centrada no professor. A partir da década de 1970, o centro desses processos é deslocado para a dimensão da aprendizagem centrada no estudante, ao invés do domínio absoluto do professor. Se revisarmos o processo o seu eixo é deslocado para a dimensão da aprendizagem centrada no estudante, ao invés da anterior predominância do papel do professor como único detentor do saber. Charles Wedemeyer introduziu, nos anos 1960, o conceito de estudo independente ou aprendizagem independente.



Saiba mais

Método

“A palavra método vem do grego, *methodos*, composta de meta: através de, por meio de, e de *hodos*: via, caminho. Usar um método é seguir regular e ordenadamente um caminho através do qual certa finalidade ou certo objetivo é alcançado. No caso do conhecimento, é o caminho ordenado que o pensamento segue por meio de um conjunto de regras e procedimentos racionais, com três finalidades: 1. conduzir à descoberta de uma verdade até então desconhecida; 2. permitir a demonstração e a prova de uma verdade já conhecida; 3. permitir a verificação de conhecimentos para averiguar se são ou não verdadeiros”. O método é, portanto, um instrumento racional para adquirir, demonstrar ou verificar conhecimentos. Fonte: Chauí (2000, p. 199).

Três importantes teóricos e precursores do conceito de autonomia são: John Dewey, Charles A. Wedemeyer e Malcolm S. Knowles.

Dewey (1916) cunhou o conceito de atividade autônoma: “[...] somente através das próprias observações dos estudantes, de suas reflexões, formulação e sugestões, poderão ampliar e retificar aquilo que já é conhecido” (DEWEY, 1916, p. 353). Wedemeyer (1975) cunhou o conceito de aprendizagem independente e Knowles (1988), por sua vez, propôs um conceito que teve ampla repercussão na literatura educacional, que é a aprendizagem autodirigida, na qual:

[...] os estudantes diagnosticam as próprias necessidades de aprendizagem, de acordo com seus objetivos, identificando uma variedade de recursos pedagógicos e plane-

jando estratégias para utilizar esses recursos, avaliando a própria aprendizagem e tendo a sua avaliação validada. (KNOWLES, 1988, p. 5, tradução nossa)

Neste sentido, o estudante, ao perseguir a sua aprendizagem autônoma, deve utilizar um conjunto sistemático de procedimentos e instrumentos pedagógicos para organizar os seus estudos. Tais práticas não devem estar confinadas a contextos nos quais a aprendizagem passiva predomine sobre a aprendizagem independente, autônoma e autodirigida – como um mero reproduzir e refazer dos atos propostos pelo professor.

O Plano de Estudos: a documentação

Os materiais e atividades pedagógicas sugeridos no plano de ensino da disciplina (atividades obrigatórias ou não) devem ser acompanhados por um plano de estudo bem estruturado. Ou seja, as leituras exigidas, básicas e complementares, precisam ser cuidadosamente planejadas pelo estudante. Isto significa que ele deverá dedicar-se a localizar os textos sugeridos para leitura (na biblioteca, na internet ou nas pastas de textos disponibilizadas pelo professor) e organizar um cronograma de estudos e de ações com atividades de leitura anteriores e posteriores às aulas expositivas. Neste processo contínuo de estudos, os principais instrumentos de trabalho são constituídos pela **documentação** (notas de aula e apontamentos) e pela consulta a **fontes de informação**, na forma de livros, artigos e revistas científicas, fontes de estudos referenciadas pelo professor ou por autores consagrados pela literatura específica.

Atualmente, a internet disponibiliza um universo quase ilimitado de informações sobre todos os assuntos; no entanto, nem sempre o acesso fácil e rápido garante uma informação de boa qualidade.

A “documentação” apresentada nesta seção não deve ser confundida com a “pesquisa documental”, que se refere a uma estratégia de pesquisa, a qual será tratada mais à frente, na Unidade 3. A documentação faz parte do processo de registro (anotações) de estudos dos estudantes. Já a pesquisa documental é uma estratégia de pesquisa baseada na coleta de dados (documentos e registros) a partir de fontes bibliográficas e/ou empíricas.

O jovem estudante, muitas vezes, sente-se tentado a reproduzir literalmente conteúdos disponibilizados na Internet, sem o devido rigor e critério. Seria desnecessário afirmar que boa parte do conteúdo da Internet não tem nenhuma relevância para a formação do conhecimento acadêmico e para a ciência, porém, grande parte dos estudantes carece de visão crítica a respeito das fontes de conteúdos confiáveis da Internet, que não são baseados em critérios de rigor e relevância científica. Isto para não citar casos de cópia de conteúdos, sem respeito às normas acadêmicas estabelecidas pela **ABNT**.

As notas de aula representam material valioso de documentação para o estudante. As anotações realizadas durante as aulas expositivas, os apontamentos baseados em leituras e ao longo de debates e diálogos em sala, ou durante a apresentação de seminários, constituem-se em documentos essenciais para a formação do processo de estudos. O estudante também deve habituar-se a escrever anotações e apontamentos a respeito de suas leituras ou aulas, em fichas impressas ou virtuais. Este processo de documentação é denominado **“fichamento*”**, pois mais comumente no passado os estudantes e pesquisadores escreviam as anotações e os **resumos*** em fichas impressas pautadas, em formato adequado para o arquivamento em pequenos fichários. A prática do fichamento deve ser exercitada continuamente, tendo em vista a **síntese*** das ideias principais e conceitos-chaves de autores ou propostos pelo professor; ao invés de constituir-se em uma tentativa de reprodução *ipsis literis* (“ao pé da letra”) ou taquigráfica do conteúdo, codificada por abreviações e símbolos. Um critério de fichamento eficiente baseia-se na divisão do texto em parágrafos. Neste caso, o parágrafo é considerado uma “unidade de leitura” (SEVERINO, 2007), que se refere a um segmento do texto que expressa um sentido coeso e delimitado. O estudante poderá concentrar-se, num primeiro momento, em sintetizar a ideia chave do respectivo parágrafo, por meio de uma única frase ou expressão. Na sequência, poderá construir sínteses ainda mais elaboradas, por meio da condensação de grupos de parágrafos ou de seções do texto. Ao final, terá como resultado uma ficha sintética do texto, que servirá como um instrumento de acesso rápido ao cerne do conteúdo estudado.

Os fichamentos também podem ser classificados de acordo com a sua finalidade. Por exemplo, o estudante poderá realizar o

A Associação Brasileira de Normas Técnicas é o órgão responsável pela normalização técnica no País e define os padrões para a redação de textos acadêmicos. Para conhecer mais sobre esse órgão e sobre as normas por ele editadas, acesse: <<http://www.abnt.org.br/>>. Acesso em: 30. set. 2015.

Fichamento – processo de documentação de anotações de aulas e/ou leituras em fichas. O fichamento deve conter a síntese das ideias principais e conceitos-chave propostos pelos autores ou pelo professor. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

Resumo – “Apresentação concisa dos pontos relevantes de um texto” (NBR, 6028). Contém de forma sucinta as suas ideias principais. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

Síntese – “Método que procede do simples para o composto, dos elementos para o todo, das causas para os efeitos, dos princípios para as consequências, generalização, quadro expositivo do conjunto de uma ciência”. Fonte: Martins (2000a).

Citação – “É a menção no texto, de informação colhida de outra fonte, para esclarecimento do assunto em discussão ou para ilustrar ou sustentar o que se afirma”. Fonte: Martins (2000).

Na citação, podemos utilizar o *apud*, que é a “[...] citação de citação” (NBR 10520, 2002). Trata-se da citação direta ou indireta de um texto ou documento, a partir de outro texto ou documento citado.

Resenha – é uma descrição detalhada de determinado conteúdo (um livro, um capítulo, um artigo etc.) que aprofunda e amplia a síntese realizada no resumo. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

Resenha crítica – a resenha crítica, além de realizar uma síntese detalhada do conteúdo de um texto, apresenta uma reflexão crítica fundamentada em referências externas ao próprio texto. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

fichamento completo de um livro ou, ao contrário, somente de trechos do conteúdo, por meio de **citações***. No primeiro caso, temos o fichamento bibliográfico, já no último temos o fichamento de citação. Resumidamente podemos classificar os fichamentos de acordo com os tipos a seguir:

- ▶ **Fichamento Bibliográfico:** registro completo de uma fonte bibliográfica (um livro, um artigo etc.).
- ▶ **Fichamento de Citação:** registro parcial do conteúdo, destacando trechos literais da obra por meio do uso de citação direta (com o uso de aspas e com a citação da fonte entre parênteses, contendo o sobrenome do autor, o ano de publicação da obra e o número da página do texto original).
- ▶ **Fichamento de Resumo:** registro das ideias principais do conteúdo da obra, semelhante a um resumo (que será tratado logo mais à frente), porém mantendo-se a estrutura de uma ficha impressa ou digital.
- ▶ **Fichamento Crítico:** registro completo de um livro ou artigo, com destaque para a reflexão crítica do autor do fichamento (ou seja, você!) em relação ao conteúdo registrado. O fichamento crítico é semelhante a uma **resenha*** (que também será apresentada logo mais à frente), pois pretende fazer uma avaliação do conteúdo, ao invés de um mero resumo ou síntese, mantendo-se a estrutura de uma ficha impressa ou digital. Vale lembrar, no entanto, que o fichamento crítico não chega a se constituir em uma **resenha crítica*** (também a ser apresentada a seguir), pois apesar de o autor do fichamento realizar uma reflexão crítica, ele não utiliza fontes de informação externas ao texto fichado, com o intuito de fundamentá-la.

Segundo Severino (2007), a prática da documentação é dividida em: temática, bibliográfica e geral. Neste sentido, o estudante deve procurar realizar os seus fichamentos de estudos de acordo com a classificação sugerida a seguir:

- **Documentação temática:** é um tipo de registro realizado pelo estudante, que procura organizar as suas diversas anotações, tais como aulas, leituras, livros, artigos, impressões pessoais etc., a partir de uma classificação ordenada por **tema*** ou assunto. Por exemplo, uma documentação sobre o tema da “administração pública gerencial” deve conter diversos registros sintéticos a respeito de leituras (livros, revistas, artigos etc.), anotações de aulas etc. sobre este tema específico. O estudante deverá estar atento para que os registros sejam suficientemente breves, porém sem perder a essência do tópico registrado. Da mesma forma, deverá estar atento para as normas e padrões da ABNT como, por exemplo, o respeito às regras para a citação direta de textos. Essas anotações deverão destacar o trecho registrado por meio de aspas, seguidas pelas referências bibliográficas da obra (sobrenome do autor e ano de publicação da obra mais o número da página do trecho citado). Assim procedendo, o estudante conseguirá distinguir, em suas consultas futuras às fichas de registro, os conteúdos de trechos pertencentes a autores consultados em relação às suas próprias ideias e *insights*.

..... Tema – “O tema de uma pesquisa é o assunto que se deseja provar ou desenvolver. Determinar com precisão significa enunciar um problema, isto é, determinar o objetivo central da investigação. Assim, enquanto o tema de uma pesquisa é uma proposição até certo ponto abrangente, a formulação do problema é mais específica: indica exatamente qual a dificuldade que se pretende resolver”. Fonte: Marconi e Lakatos (2010, p. 110).

- **Documentação bibliográfica:** se a documentação temática procura organizar os fichamentos de várias fontes diferentes de informação sobre um mesmo assunto, a documentação bibliográfica, por sua vez, concentra-se no fichamento de uma única fonte de informação. Neste caso, uma fonte bibliográfica, representada por um livro ou artigo acadêmico sobre um determinado assunto. O estudante deve procurar organizar os seus fichamentos bibliográficos seguindo sempre uma classificação temática. Por exemplo, no tema da “administração pública gerencial” o fichamento da leitura do livro *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*, de Bresser-Pereira e Spink (1996), deverá estar organizado junto ao fichamento do artigo

“O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública: Um Breve Estudo sobre a Experiência Internacional”, de Fernando Abrucio (1996). Os fichamentos de revistas, *sites* e anotações de aulas sobre este tema deverão estar organizados em uma subseção, evitando que o aluno misture fontes bibliográficas de outras fontes de informação.

- **Documentação geral:** é uma atividade contínua ao longo do processo de estudos que visa ao arquivamento e à guarda de diversos documentos considerados importantes pelo estudante. Por exemplo, matérias jornalísticas, cópias impressas ou digitais de revistas, artigos, *sites*, *blogs*, apostilas, trabalhos didáticos, capítulos de livros etc. Estes documentos devem ser classificados de acordo com o assunto específico de interesse do estudante, com o objetivo de servir como fonte para futura consulta.

O processo contínuo de preparação para as aulas feito pelo estudante, por meio da leitura de textos recomendados no plano de ensino, seguida pelo fichamento de textos e aulas, assim como pela revisão de anotações e fichamentos, constitui-se, gradativamente, em um fluxo de atividades de estudo, que é representado pela Figura 1:

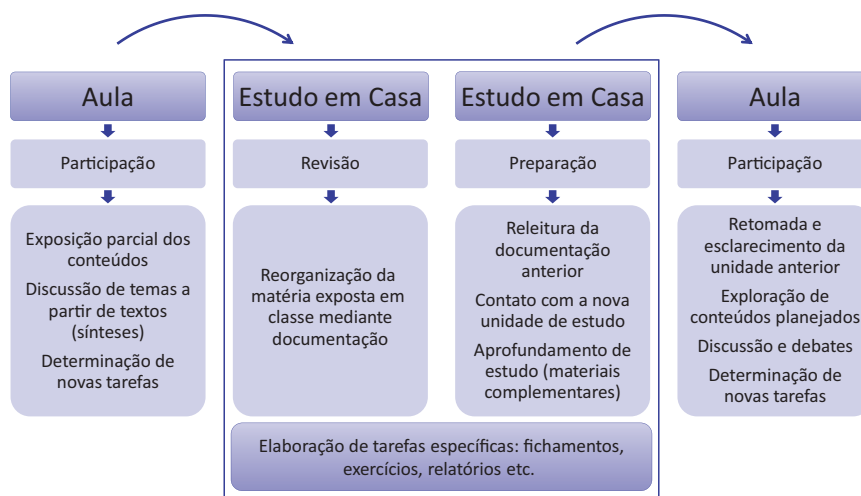


Figura 1: Fluxograma da vida de estudo

Fonte: Adaptada de Severino (2007)

Análise e Interpretação de Textos

Descreveremos a seguir alguns passos no processo de análise e interpretação de textos, conforme a proposta de Severino (2007). Este pequeno roteiro visa a facilitar a análise de textos por meio da demarcação de um sequenciamento de etapas.

Unidade de Leitura

Antes de iniciar a análise, o estudante deve delimitar a unidade de leitura, a qual, como já mencionamos, refere-se a um trecho do texto (um parágrafo, uma seção, um capítulo etc.) coerente em relação ao seu conteúdo. Ou seja, possui sentido e coerência interna, facilitando o estabelecimento de um contorno analítico (um limite) no texto.

O objetivo da delimitação da unidade de leitura – para além de sua finalidade metodológica, ou seja, a de se constituir como um caminho em direção ao conteúdo do texto – é aproximar o leitor da visão do autor. Neste caso, as unidades de leitura fazem parte de uma sequência de passos (etapas) para compreender a abordagem proposta pelo texto. Quanto mais precisa e encadeada a sequência de unidades, mais próximos estaremos da compreensão da lógica interna do texto.

A Análise Textual

A primeira etapa no processo de análise e interpretação de um texto refere-se à análise textual. Nela o estudante deverá realizar uma leitura corrida do texto, sem se aprofundar demasiadamente, a fim de obter uma visão panorâmica sobre o assunto abordado.

O estudante deverá se concentrar em sublinhar os conceitos e termos-chave do texto, assim como em anotar as suas dúvidas.

Ao final desta etapa o estudante deverá elaborar um breve esquema do texto, que reflita a sua visão global (panorâmica) sobre o conteúdo.

A Análise Temática

Nesta etapa o estudante procurará problematizar o tema abordado pelo autor. O processo de problematização constitui-se em uma sequência de perguntas visando a identificar:

- ▶ A ideia central ou tese do texto (o seu núcleo central).
- ▶ O conjunto de argumentos que o autor utiliza para sustentar a sua tese.
- ▶ As ideias secundárias do texto, representadas por componentes marginais ao núcleo central, ou seja, hierarquicamente inferiores em termos de importância.

A Análise Interpretativa

Por fim, o estudante deverá refletir sobre o conteúdo analisado, procurando distanciar-se criticamente dos argumentos sustentados pelo autor, construindo uma espécie de diálogo reflexivo com o texto. Nesta última etapa, a lógica e a coerência interna do texto são colocadas em segundo plano em função da elaboração de um juízo crítico do estudante.

O diálogo entre as ideias do estudante em relação às do autor tem o potencial de gerar novas sínteses reflexivas sobre o assunto estudado.

Neste sentido, o estudante deverá completar inteiramente a sequência de leitura para identificar e compreender a abordagem proposta pelo autor - a lógica interna do texto, assim como para instrumentalizar-se na realização de resumos, resenhas ou resenhas críticas.

Resumo, Resenha e Resenha Crítica

O **resumo** é uma síntese das ideias principais de um texto. O estudante deve procurar utilizar suas próprias palavras para sintetizar as ideias centrais do autor, evitando a mera reprodução literal de trechos do conteúdo original. Assim, ele realiza um valioso exercício intelectual cujo desafio é compreender acuradamente a mensagem proposta pelo autor, por meio da síntese de suas ideias e argumentos, sem realizar a simples reprodução do original. (SEVERINO, 2007)

Já a **resenha** é uma descrição detalhada de determinado conteúdo (um livro, um capítulo, um artigo etc.), que aprofunda e amplia substancialmente o trabalho de síntese anterior realizada no resumo. A resenha é muito utilizada nos meios acadêmicos e tem como finalidade comunicar ao leitor, de forma objetiva e sintética, o conteúdo exposto. Para isso, deve destacar as contribuições do autor sobre um assunto ou tema, como, por exemplo, novas **teorias***, abordagens específicas sobre um determinado fenômeno, as críticas do autor sobre o assunto exposto etc. Deve-se evitar a itemização do texto e escrever um texto único e contínuo. (SEVERINO, 2007)

A **resenha crítica**, por sua vez, pretende, além de comunicar sinteticamente o conteúdo do texto, apresentar uma reflexão crítica sobre ele, proposta, neste caso, pelo resenhista. O trabalho de reflexão crítica pressupõe, por parte do resenhista, o domínio do assunto apresentado. Isto somente é possível quando ele tem a capacidade de estabelecer relações com outros trabalhos ou abordagens sobre o mesmo assunto. O resenhista deve, neste caso, fazer uso de citações diretas e indiretas, conforme estabelecidas pela ABNT (NBR-10520, 2002, p. 1); além de apresentar, ao final da resenha crítica, uma breve relação das referências utilizadas para fundamentar a sua crítica. (LAKATOS; MARCONI, 2011)

Para conhecer dicas práticas de como elaborar uma resenha, consulte: <http://www.pucrs.br/gpt/resenha.php>. Acesso em: 29 out. 2015.

Teoria – Conjunto de princípios fundamentais, que se constituem em instrumento científico apropriado na procura e principalmente na explicação dos fatos. Fonte: Marconi e Lakatos (2010, p. 98). É a [...] formulação sobre as relações de causa e efeito entre duas ou mais variáveis, que podem ou não ter sido testadas. Fonte: Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 602, tradução nossa).

A resenha crítica possui uma estrutura lógica coerente e rigorosa para dar suporte às argumentações e interpretações realizadas pelo resenhista. A extensão dessa resenha poderá variar dependendo das exigências e dos objetivos de quem a solicita.

Por exemplo, a prática acadêmica tem revelado que alguns professores solicitam aos seus alunos que as resenhas de capítulos de livros ou artigos tenham um limite máximo de até três páginas. Resenhas críticas também são encontradas em revistas (científicas ou não), que restringem a sua extensão em função do espaço editorial destinado para a sua publicação, às vezes limitado a algumas poucas linhas. Porém, podem ser encontradas, mais raramente, resenhas críticas contendo dezenas de páginas. Neste caso, elas adquirem um novo formato, denominado “ensaio teórico”, pois o texto do resenhista tem “fôlego” suficiente para autonomizar-se do texto originalmente resenhado.

Segundo Bertero (2006, p. 91), os ensaios teóricos “[...] não utilizam [metodologias](#) empíricas, nem tampouco coletam dados ou utilizam dados secundários. É um trabalho de tipo reflexivo e que tem adotado com frequência uma postura crítica com relação às teorias e práticas administrativas”.

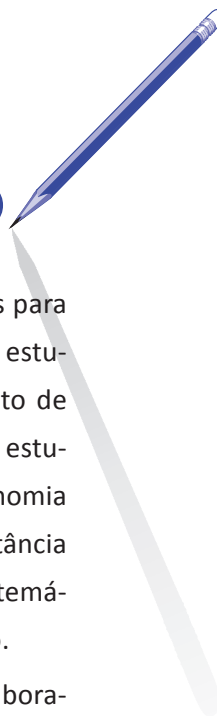


Saiba mais

Metodologia

Refere-se à [...] teoria sobre como a pesquisa deve ser realizada. Ou seja, trata do estudo dos métodos. Fonte: Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 3, tradução nossa). É a “[...] investigação sobre os métodos empregados nas diferentes ciências, seus fundamentos e validade, e sua relação com as teorias científicas” Fonte: Martins (2000a). Alguns autores utilizam o termo “metodologia” indistintamente em relação ao “método científico”.

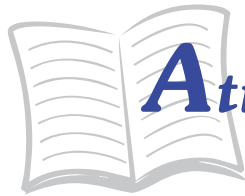
Resumindo



Nesta Unidade, apresentamos algumas orientações para a prática de estudos de textos acadêmicos destinados a estudantes de ensino superior. Destacamos que este contexto de ensino e aprendizagem requer novos desafios aos jovens estudantes. Novas atitudes são requeridas, tais como a autonomia e a visão crítica. Referimo-nos, também, sobre a importância do método de estudo, considerado como um caminho sistemático e rigoroso em direção à construção do conhecimento.

Adicionalmente, destacamos a importância da elaboração de um plano de estudo e de um cronograma cuidadosamente estruturado. Colocamos em relevo alguns instrumentos de trabalho, tais como a documentação e a consulta a fontes bibliográficas. Salientamos, também, a importância do processo de fichamento das leituras e das notas de aulas como forma de documentar todo o processo de estudo do aluno.

Por fim, apresentamos um breve roteiro para a análise e interpretação de textos, por sua vez constituídas pela análise textual, análise temática e análise interpretativa; e apresentamos as definições para os termos “resumo”, “resenha” e “resenha crítica”.



Atividades de aprendizagem

Agora que você já conhece as principais orientações para a prática de estudos de textos acadêmicos, que tal fazer alguns exercícios de fixação que preparamos para você? Caso tenha alguma dúvida em relação aos exercícios, entre em contato com seu tutor, que está à sua disposição para ajudá-lo.

1. Quais fontes de informação são consideradas relevantes para a formação do conhecimento científico?
() Wikipedia (<https://pt.wikipedia.org>)
() Google Acadêmico (<http://scholar.google.com.br/>)
() Scielo (<http://www.scielo.org>)
() Sites e blogs de conteúdo
() Portal de Periódicos da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>)
2. Descreva o principal objetivo da Unidade de Leitura. Quais são as etapas do processo de Unidade de Leitura?
3. Quais são as principais diferenças entre o Resumo, a Resenha e a Resenha Crítica?

UNIDADE 2

CIÊNCIA, METODOLOGIA E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO



OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade, você deverá ser capaz de:

- ▶ Definir o conceito de ciência;
 - ▶ Identificar as principais características do conhecimento científico e distingui-lo em relação a outros tipos de conhecimento;
 - ▶ Compreender o que é metodologia e método científico; e
 - ▶ Exemplificar quais são as especificidades da pesquisa científica em Administração.
-

CIÊNCIA, METODOLOGIA E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Olá estudante,

Vamos iniciar agora os estudos da segunda Unidade desta disciplina.

Nela iremos tratar inicialmente os conceitos de Ciência e Conhecimento Científico, estabelecendo as diferenças que caracterizam ambos os termos. Em seguida, iremos apresentar os quatro tipos de conhecimento a partir da conceituação de Mário Bunge, Lakatos e Marconi; e nos deteremos a analisar o conceito de “verdade científica” sob a ótica de duas importantes escolas do pensamento científico: o positivismo e o construtivismo. Veremos também quais critérios levam as ciências a serem classificadas como formais ou factuais; e conheceremos a diferença entre os conceitos de Metodologia e Método. Fechando a Unidade, iremos abordar a Pesquisa Científica em Administração, para sabermos o que a constitui como um campo de investigação particular, diferente de outros domínios do conhecimento.

Preparado para ir em frente?

Vamos lá!

A Ciência e o Conhecimento Científico

Para compreendermos o que caracteriza o conhecimento científico em administração, vamos responder, inicialmente, a duas perguntas: o que é conhecimento? E o que é ciência?

Refere-se a “[...] um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 139)

Conhecimento científico

– caracteriza-se por ser um esforço racional para conhecer e sistematizar a realidade empírica por meio de investigações metódicas e sistemáticas. Para isto, o conhecimento científico deve “[...] estar em conformidade com as premissas do método científico” (BHATTACHERJEE, 2012, tradução nossa, p. 1). O conhecimento científico, apesar de almejar atingir uma certa verdade, é provisório e sujeito à refutação. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

Antes disso, propomos realizar uma rápida reflexão sobre uma atividade corrente realizada no âmbito das ciências, que tem como objetivo a formação do **conhecimento científico***: **o processo de pesquisa**.

Deparamo-nos, frequentemente, em nosso cotidiano, com um tipo de pesquisa, diferente das **pesquisas científicas**, que procura nos ajudar a antecipar ou prever resultados futuros: quem vencerá a próxima eleição presidencial? Qual é a expectativa de vida dos brasileiros? Qual é a marca de refrigerante mais consumida? Etc.

Normalmente, nessas pesquisas utilizam-se técnicas para planejar, coletar e analisar os dados investigados. Como resultado desse processo, são apontadas tendências e são previstos comportamentos futuros.

No entanto, apesar de essas pesquisas possuírem técnicas e métodos bem aceitos pelo grande público, que permitem, até mesmo, a antecipação de tendências sobre os acontecimentos e comportamentos, elas não podem ser consideradas científicas, pois não satisfazem ao menos duas condições:

- ▶ Contribuir para o desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimento (o conhecimento científico); e
- ▶ Estar em conformidade com as premissas do método científico. (BHATTACHERJEE, 2012, p. 1, tradução nossa)

A primeira condição - contribuição para o desenvolvimento do conhecimento científico - pressupõe a aceitação de um tipo de conhecimento bastante particular, ou seja, que respeite determinadas condições no estabelecimento da verdade (CHAUÍ, 2000); e, adicionalmente, um conhecimento que dialogue e seja aceito por uma comunidade constituída por pesquisadores especializados em um sem número de assuntos e temas específicos – a comunidade científica - que irá respaldar e legitimar esse conhecimento. (BUNGE, 1973)

A segunda condição - estar em conformidade com as premissas do método científico - diz respeito propriamente a um conjunto específico de procedimentos e técnicas que caracterizam o método científico. Ou

seja, deve estar de acordo com as etapas que garantam a suficiência de certas condições particulares do conhecimento científico, tais como, por exemplo: a identificação clara de um **problema** ou **lacuna**; a escolha de certas técnicas e procedimentos para a coleta e **análise de dados**; a utilização de uma linguagem escrita, baseada em normas amplamente aceitas pela comunidade de cientistas; etc.

Para ser considerado científico o processo de pesquisa deve ser capaz de realizar “[...] investigações metódicas e sistemáticas” (CHAUI, 2000, p. 319). Este esforço racional para conhecer e sistematizar a realidade é uma característica intrínseca ao conhecimento científico.

Com o intuito de formarmos uma primeira visão a respeito do conhecimento científico e do método científico podemos representá-lo conforme a Figura 2.

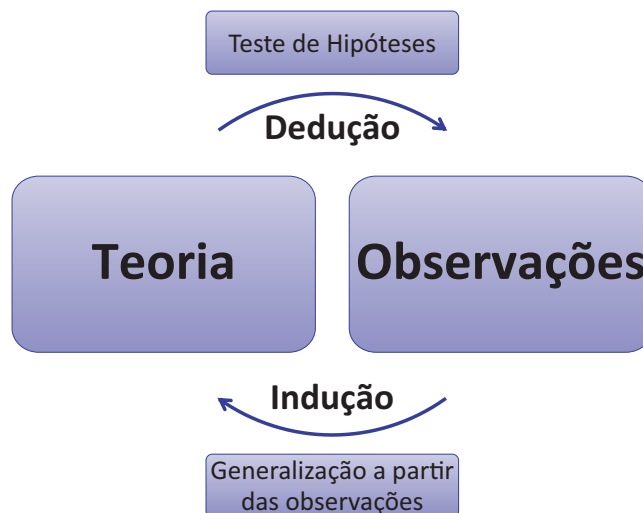


Figura 2: O ciclo da pesquisa científica

Fonte: Adaptada de Bhattacharjee (2012, p. 4, tradução nossa)

Os pesquisadores procuram, de um lado, propor a explicação sobre o “funcionamento” da realidade por meio de teorias e **hipóteses**, que serão testadas e verificadas no campo empírico, sujeitas a **procedimentos dedutivos**, que partem de teorias e modelos abstratos e direcionam-se para o campo empírico; e, por outro caminho, os pesquisadores, a partir de observações da realidade, procuram propor generalizações com o objetivo de formar teorias e modelos que possam

Expressa situações ou problemas ainda não estudados suficientemente, com potencial para geração de contribuições teóricas e/ou práticas.

[...] em geral, a descrição ou a interpretação de uma situação ou de um objeto qualquer nos termos dos elementos mais simples pertencentes à situação ou ao objeto em questão. A finalidade desse processo é resolver a situação ou o objeto nos seus elementos, de modo que um processo analítico é considerado bem-sucedido quando tal resolução é realizada.

Fonte: Abbagnano (1998). Constitui-se em elemento central no processo da pesquisa científica, pois pressupõe a capacidade do pesquisador em estabelecer relações coerentes e lógicas entre os fenômenos ou indivíduos, que constituem o objeto de estudo.

Ao mencionar “hipóteses” não me refiro à abordagem positivista da ciência acerca das hipóteses. Sobre o positivismo ver discussão mais à frente.

A abordagem dedutiva “[...] envolve o teste de uma proposição teórica” (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009, p. 590, tradução nossa), visando “[...] a confirmação de uma hipótese através da verificação das consequências previsíveis da própria hipótese”. (MARTINS, 2000a, p. 590)

A abordagem indutiva “[...] envolve o desenvolvimento de uma teoria, como resultado da observação de dados empíricos”. (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, p. 593, tradução nossa)

explicar a realidade, com a utilização de procedimentos indutivos. Seja por um caminho seja por outro, os pesquisadores visam a constituir uma forma muito particular para explicar e compreender os fenômenos do mundo empírico.

Neste sentido podemos responder à segunda pergunta, “o que é ciência?”

Segundo Chauí (2000, p. 10):

- ▶ As ciências pretendem ser conhecimentos verdadeiros, obtidos graças a procedimentos rigorosos de pensamento;
- ▶ Pretendem agir sobre a realidade, através de instrumentos e objetos técnicos;
- ▶ Pretendem fazer progressos nos conhecimentos, corrigindo-os e aumentando-os.

No entanto, cabe aqui outra pergunta: será que este tipo de conhecimento - o conhecimento científico - é igual a outras formas existentes de conhecimento, que nos permitem compreender e explicar a realidade à nossa volta?



Saiba mais

Ciência

A “visão comum da ciência” caracteriza-se por: “[...] um grau de certeza alto, desfrutando assim de uma posição privilegiada com relação aos demais tipos de conhecimento (o do homem comum, por exemplo). Teorias, métodos, técnicas, produtos, contam com aprovação geral quando considerados científicos. A autoridade da ciência é evocada amplamente. Indústrias, por exemplo, frequentemente rotulam de “científicos” processos por meio dos quais fabricam seus produtos, bem como os testes aos quais os submetem. Atividades várias de pesquisa nascentes se autoqualificam “científicas”, buscando afirmar-se: ciências sociais, ciência política, ciência agrária etc. Essa atitude de veneração frente à ciência deve-se, em grande parte, ao extraordinário sucesso prático alcançado pela física, pela química e pela biologia, principalmente. Assume-se, implícita ou explicitamente, que por detrás desse sucesso existe um “método” especial, uma “receita” que, quando seguida, redunde em conhecimento certo, seguro. Fonte: Chibeni (2014b).

Tipos de Conhecimento

Segundo as autoras Lakatos e Marconi (2011), baseadas em Mario Bunge (1973), coexistem quatro diferentes tipos de conhecimento: o religioso; o popular, também denominado “senso comum”; o filosófico e o científico. Cada qual possui um conjunto específico de condições e características.



Figura 3: Tipos de conhecimento
Fonte: Adaptada de Lakatos e Marconi (2011)

Porém, só o conhecimento científico preenche determinadas condições que o tornam apto a contribuir para o aperfeiçoamento da ciência e dialogar com uma comunidade de cientistas e pesquisadores. Para Chauí (2000, p. 316), o que distingue a atitude científica de outras formas de conhecimento é o fato de “[...] ali onde vemos coisas, fatos e acontecimentos, a atitude científica vê **problemas e obstáculos**, aparências que precisam ser explicadas”.

O conhecimento religioso é considerado um conhecimento infalível, que não se apoia em evidências empiricamente verificáveis. Apesar de ser sistemático, o conhecimento religioso se fundamenta no dogma e a sua verdade é expressa por meio da revelação, ao invés da razão.

O conhecimento popular caracteriza-se por não ser verificável e fundar-se na experiência do próprio sujeito, consolidada por meio de um conjunto de crenças socialmente aceitas. Não é um conhecimento sistemático ou racional.

O conhecimento filosófico “[...] é caracterizado pelo esforço da razão pura para questionar os problemas humanos e poder discernir entre o certo e o errado, unicamente recorrendo às luzes da própria razão humana.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 61).

Ou seja, o conhecimento filosófico, apesar de ser racional e sistemático, não se constitui como conhecimento científico, pois não é verificável empiricamente, além de se pretender ser um conhecimento infalível e exato. É um conhecimento valorativo, pois suas hipóteses dependem da experiência, mas não da experimentação.

O conhecimento científico não é melhor do que nenhum outro conhecimento, do ponto de vista do seu valor, mas, inegavelmente, devemos reconhecer que as sociedades ocidentais ao longo de sua história têm privilegiado esse tipo de conhecimento e de visão de mundo em detrimento de outros.

Alguns críticos apontam para os excessos de um tipo de apropriação do mundo, advinda da produção do conhecimento científico – a “cientificização do conhecimento”, que conduz a um crescente desencantamento da natureza e das relações sociais (CHAUÍ, 2000, p. 318). Por outro lado, os defensores do conhecimento científico destacam os riscos de abordagens não baseadas na razão. É fato consumado, no entanto, a predominância de uma visão de mundo e de ciência fundada em critérios de verdade tais como: a objetividade; a visão de neutralidade do pesquisador, do sujeito do conhecimento; o teste de hipóteses; a verificabilidade de seus pressupostos; a quantificação (mensuração) dos dados coletados; etc.

Essas abordagens, consagradas na história da ciência, são oriundas de princípios propostos pela escola positivista e suas variações posteriores, como, por exemplo, o pós-positivismo.

Vamos nos dedicar a compreender um pouco mais as grandes diferenças que demarcam algumas dessas principais abordagens, expressas por duas escolas do pensamento científico.



Saiba mais

Hipótese

Na filosofia e nas ciências sociais, a hipótese designa uma declaração, afirmação ou proposição, passíveis de verificação, a respeito das relações existentes entre dois ou mais fenômenos no campo da pesquisa. Nas pesquisas empíricas uma hipótese é uma declaração sobre algumas propriedades de elementos dentro do campo de estudo. A hipótese é considerada verdadeira ou falsa, dependendo de que a propriedade declarada realmente caracterize, ou não, esses elementos. Fonte: Martins (2000a).

Escolas do Pensamento Científico: o positivismo e o construtivismo

Um dos pontos-chave por trás deste debate refere-se ao conceito de “verdade” nas ciências. Isto porque não existe consenso sobre o assunto; pelo contrário, há um longo debate na filosofia da ciência acerca da verdade. Nesse debate alguns filósofos propuseram critérios e métodos próprios, que resultaram em escolas consagradas do pensamento científico, como, por exemplo, o positivismo e o construtivismo.

Apesar de o positivismo e o construtivismo não representarem suficientemente as diferentes e múltiplas escolas e abordagens (epistemologias) acerca da ciência, consideramos que suas características são emblemáticas para compreender a diferenças entre os paradigmas científicos.

A corrente inaugurada pelo filósofo francês Auguste Comte no século XIX, denominada **positivismo**, exerceu forte influência na formação das ciências modernas – em especial das ciências naturais. Essa abordagem “[...] afirma a existência objetiva ou em si da realidade externa como uma realidade racional em si e por si mesma e, portanto, afirma a existência da razão objetiva” (CHAUÍ, 2000, p. 84). Neste caso, o pesquisador crê na existência de uma determinada verdade *a priori*, ou seja, independente do olhar do pesquisador. A realidade (a natureza, por exemplo) representa de forma imanente a sua própria verdade. Por exemplo, o que é uma maçã? Para descrevê-la poderemos elencar as suas qualidades como a cor vermelha ou o aroma agradável e adocicado; poderemos também classificá-la como um fruto da macieira pertencente à família das *rosaceae*. Tem-se como pressuposto, neste caso, que a maçã possui uma existência em



Saiba mais

Escolas do Pensamento Científico

São o que alguns autores, tal como Saunders, Lewis e Thornhill (2009), denominam de paradigmas de pesquisa. Kuhn definiu os paradigmas como sendo “[...] realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares a uma comunidade de praticantes de uma ciência”. O termo paradigma supõe “[...] toda uma constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada” (KHUN, 1996, p. 218). Existe um longo debate nas ciências sociais aplicadas sobre este conceito. Citamos, em especial, o trabalho seminal de Burrell e Morgan (1979) que propõe a existência de quatro paradigmas nas ciências sociais: funcionalista, estruturalista, interpretativista e humanista radical. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

O lema “Ordem e Progresso” na bandeira brasileira é inspirado nos princípios do positivismo. O filósofo francês Auguste Comte atribuía o progresso ao desenvolvimento das ciências positivas, “[...] de modo que o desenvolvimento social se faria por aumento do conhecimento científico e do controle científico da sociedade” (CHAUÍ, 2000, p. 59 e 60). Para conhecer mais, acesse <<http://bahiaapsicosocial.com.ar/biblioteca/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaui.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

si e cabe ao pesquisador descrevê-la e explicá-la, com o objetivo de aproximar-se gradativamente do conhecimento verdadeiro, capaz de abarcar a totalidade do conhecimento a seu respeito, ou seja, a sua verdade. A verdade, neste caso, é uma **representação** de uma verdade em si. O papel do cientista na constituição do conhecimento é o de aproximar-se dessa verdade, utilizando métodos impessoais e objetivos, para não deixar que a visão subjetiva do pesquisador interfira e distorça o objeto estudado.

Por sua vez, a escola construtivista – também denominada construtivismo social (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999), surgida no século passado – considera a ciência, ao contrário da abordagem positivista, uma **construção** de modelos explicativos para a realidade, ao invés de considerá-la como uma representação da própria realidade

Esse debate entre representação e construção da verdade é um dos importantes eixos teóricos que fundamentam diferentes abordagens do conhecimento científico. É por isto, também, que um mesmo conhecimento sobre um objeto ou fenômeno pode ser válido, do ponto de vista da ciência, e nem por isso chegar a um mesmo resultado. Ou seja, o estudo sobre fenômenos iguais poderá resultar em conclusões diferentes, se for conduzido por pesquisadores vinculados a diferentes abordagens teóricas do conhecimento científico. A verdade para um cientista positivista é denominada “livre de contexto”, pois independe do pesquisador que conduziu a investigação e das condições impostas pelo contexto. Sendo assim, os resultados, para os positivistas, poderão ser generalizados, pois a verdade é considerada universal até o momento em que for substituída por um conhecimento mais perfeito e preciso.

O pesquisador positivista confia na eficácia de métodos e procedimentos que possam garantir uma espécie de visão “pura” da verdade sobre o objeto, pois tem como pressuposto que a verdade pode ser plenamente alcançada.

Para isto, ele procura interferir o mínimo possível no processo de aquisição do conhecimento verdadeiro, mantendo-se isento de julgamentos subjetivos. Isto também é denominado como a neutralidade do pesquisador em relação a seu objeto. Neste caso, a verdade sobre o objeto irá emergir como resultado da aplicação adequada e em conformidade com o método científico, que será descrito mais à frente nesta Unidade. O resultado final do processo de investigação acerca da realidade pode ser descrito como uma cópia dessa realidade. Por isto mesmo o positivismo, enquanto ciência, procura propor modelos que possam representar com precisão e fidedignidade a realidade; como uma fotografia perfeita sobre o mundo.

Por outro lado, o pesquisador vinculado à abordagem construtivista afirma a não existência de uma realidade que seja independente do seu olhar, ou seja, uma realidade em si. Nesta abordagem, o pesquisador crê que o resultado de sua investigação constitui-se numa interação constante entre ele e o objeto estudado. Nesta interação, o sujeito constrói o seu conhecimento por intermédio de seu olhar, ou seja, o olhar subjetivo do pesquisador. Assim, o resultado da abordagem construtivista tem como pressuposto o fato de que a realidade é o produto de uma construção do pesquisador frente ao objeto investigado: “[...] o objeto científico é um modelo construído e não uma representação do real, uma aproximação sobre o modo de funcionamento da realidade, mas não o conhecimento absoluto dela.” (CHAUI, 2000, p. 325). Evidentemente, os pesquisadores construtivistas atuam em conformidade com determinados princípios e critérios cientificamente aceitos por uma comunidade de especialistas. Quais são esses critérios?

Segundo a filósofa Marilena Chauí (2000, p. 321), os critérios são três:

- 1 - Que haja coerência (isto é, que não haja contradições) entre os princípios que orientam a teoria;
- 2 - Que os modelos dos objetos (ou estruturas dos fenômenos) sejam construídos com base na observação e na experimentação;
- 3 - Que os resultados obtidos possam não só alterar os modelos construídos, mas também alterar os próprios princípios da teoria, corrigindo-a.

Ou seja, o conhecimento é considerado como um processo provisório no estabelecimento da verdade.

Classificação das Ciências

As ciências são classificadas em ciências formais, tais como a lógica e a matemática, e em ciências factuais, estas subdivididas em ciências naturais e ciências sociais, como mostra a Figura 4

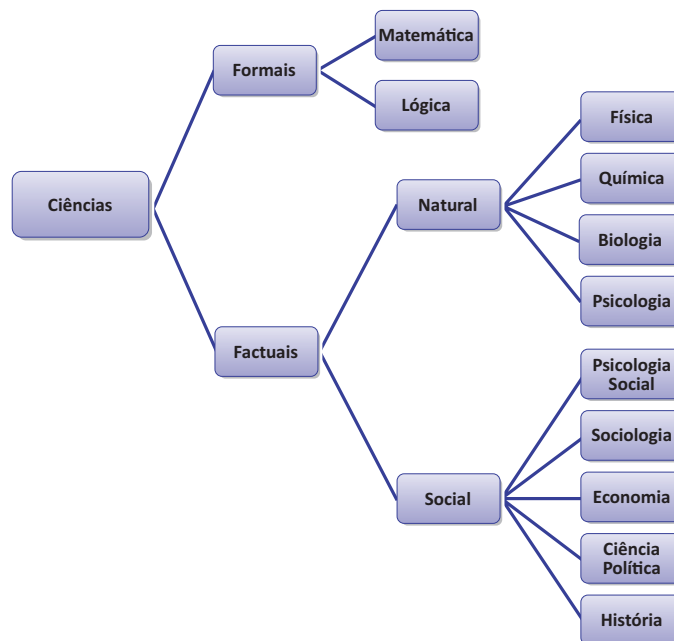


Figura 4: Classificação das ciências

Fonte: Adaptada de Lakatos e Marconi (2011), a partir da proposta de classificação das ciências, de Bunge (1976)

As **ciências formais** lidam com objetos abstratos, concebidos de forma independente da realidade e utilizam um conjunto de procedimentos metodológicos dedutivos (*a priori*), baseados na lógica formal (silogismos etc.) e na lógica matemática (dedução de axiomas). Pretendem propor regras gerais sem a finalidade última de explicar ou propor soluções para os fenômenos empíricos.

Por sua vez, as **ciências naturais** tratam de objetos e fenômenos da natureza, com o objetivo de estabelecer leis gerais, teorias e explicações. Por outro lado, as **ciências sociais** estudam os indivíduos e grupos sociais, seus comportamentos individuais ou coletivos, tais como as empresas, as sociedades ou a economia de empresas ou de países. “As ciências sociais podem ser classificadas em disciplinas como a psicologia (a ciência do comportamento humano), a sociologia (a ciência dos grupos sociais) e a economia (a ciência das empresas, dos mercados e das economias)”. (BHATTACHERJEE, 2012, p. 1, tradução nossa)

As ciências também podem ser classificadas de acordo com os seus fins. As **ciências básicas**, também chamadas de ciências puras ou ciências duras, são aquelas que estudam os fenômenos empíricos básicos, os seus princípios e as suas relações. As ciências básicas têm como intuito identificar e explicar as regularidades entre os fenômenos, expressas em teorias, leis e modelos. Encontramos exemplos nos estudos da física (primeira lei da termodinâmica), da química (teoria dos orbitais moleculares) e da biologia (leis da hereditariedade, de Mendel).

As **ciências aplicadas**, por sua vez, também chamadas de ciências práticas, são aquelas nas quais o conhecimento científico, previamente consolidado por meio das ciências básicas, é aplicado a determinadas áreas, com o objetivo de ampliar o **conhecimento empírico*** de certos fenômenos. Para exemplificar: a engenharia utiliza conhecimentos da física e da matemática para propor mecanismos e soluções práticas (uma bomba d’água para a irrigação de culturas agrícolas, por exemplo); a medicina, apoia-se nos conhecimentos da química e da biologia, para compreender os benefícios do uso de determinadas proteínas para o metabolismo humano.

Conhecimento empírico – conhecimento constituído por meio da experiência e da observação da realidade de empírica. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

Por fim, as **ciências sociais aplicadas** - nas quais a ciência da administração está incluída – estudam os fenômenos sociais, tais como as organizações públicas e privadas, a cultura organizacional, as técnicas de liderança organizacional etc. Tais estudos valem-se de teorias consolidadas em disciplinas nas áreas de sociologia e de psicologia, dentre outras.

Metodologia e Método

Segundo Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 3, tradução nossa), a metodologia se refere à “[...] teoria sobre como a pesquisa deve ser realizada”. Existem vários caminhos e escolhas metodológicas, representadas por um conjunto robusto de procedimentos, dentre os quais as abordagens metodológicas (abordagem qualitativa, quantitativa

ou quali-quantitativa) e as estratégias de pesquisa (o estudo de caso, a etnografia etc.), que serão apresentadas na Unidade 3. Cada caminho e cada escolha metodológica realizada pelo pesquisador pressupõem um conjunto de etapas a serem cumpridas. Estas etapas constituem o método científico, conforme propõe Bunge (1980 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 66) nesta sequência:



Saiba mais

Metodologia e Métodos

É importante salientar a diferença entre metodologia e métodos. A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, ela vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo. Fonte: Gerhardt e Silveira (2009).

- a) Descobrimento do problema ou lacuna num conjunto de conhecimentos;
- b) Colocação precisa do problema, ou ainda a re colocação de um velho problema, à luz de novos conhecimentos;
- c) Procura de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema (por exemplo, dados empíricos, teorias, aparelhos de medição, técnicas de cálculo ou de medição). Ou seja, exame do conhecido para tentar resolver o problema;
- d) Tentativa de solução do problema com auxílio dos meios identificados;
- e) Invenção de novas ideias (hipóteses, teorias ou técnicas) ou produção de novos dados empíricos que prometam resolver o problema;

- f) Obtenção de uma solução (exata ou aproximada) do problema com auxílio do instrumental conceitual ou empírico disponível;
- g) Investigação das consequências da solução obtida;
- h) Prova (comprovação) da solução: confronto da solução com a totalidade das teorias e da informação empírica pertinente. Se o resultado é satisfatório, a pesquisa é dada como concluída, até novo aviso. Do contrário, passa-se para a etapa seguinte;
- i) Correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução incorreta. Esse é, naturalmente, o começo de um novo ciclo de investigação.

Esta sequência proposta por Bunge é esquematizada a seguir por Marconi e Lakatos (2010):

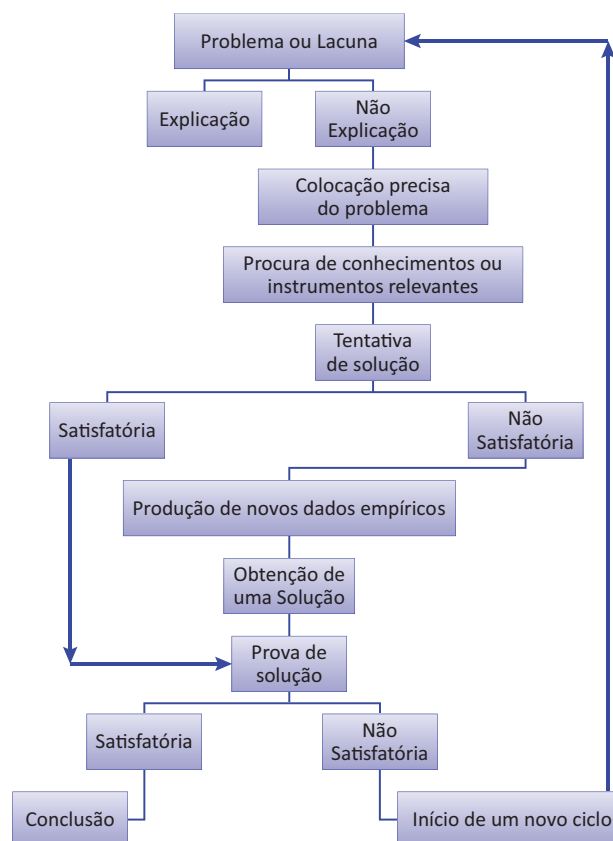


Figura 5: As etapas do método científico
 Fonte: Adaptada de Marconi e Lakatos (2010, p. 85)

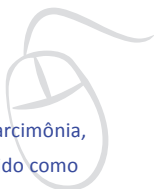
Para Bhattacharjee (2012), o método científico deve satisfazer quatro condições necessárias:

Replicabilidade: Estudos científicos devem ser passíveis de replicação, independentemente do cientista ou do contexto de sua aplicação. O método deve ser capaz de gerar resultados semelhantes, e até mesmo idênticos;

Precisão: Conceitos teóricos devem ser definidos com tal precisão que outros cientistas possam ser capazes de medi-los, assim como de testar a sua teoria;

Falseabilidade: Toda teoria deve ser passível de refutação. Aquelas que não podem ser testadas ou refutadas não são consideradas cientificamente válidas. Neste sentido o conhecimento científico deve ser sempre concebido como algo transitório e em permanente construção;

Parcimônia: Uma teoria que vise à explicação de qualquer fenômeno deve sempre procurar privilegiar o menor número de premissas ou uma determinada estrutura lógica simples e econômica. A parcimônia impede os cientistas de perseguirem teorias excessivamente complexas ou com um número infinito de conceitos e relações. (BHATTACHERJEE, 2012, p. 5, tradução nossa)



O Princípio da Parcimônia, também conhecido como “navalha de Ockham”, foi cunhado pelo inglês Guilherme de Ockham no século XIV.

A Pesquisa Científica em Administração

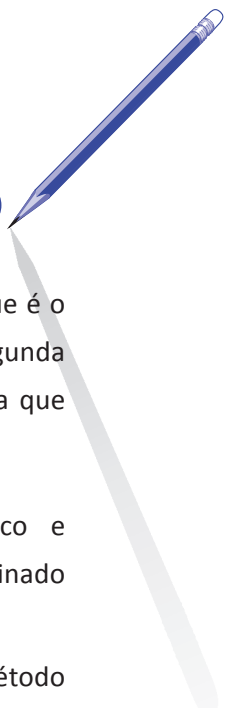
Vimos até aqui o que constitui a pesquisa científica e o método científico de forma geral, independentemente de seu campo de aplicação. Mas o que caracteriza a pesquisa científica em administração? O que a constitui como um campo de investigação particular, diferente de outros domínios do conhecimento?

De acordo com Saunders, Lewis e Thornhill (2009), o que caracteriza o conhecimento científico em administração é o seu caráter **transdisciplinar**, ou seja, a maneira pela qual os gestores e pesquisadores em administração investigam os fenômenos organizacionais a partir de um corpo de conhecimento desenvolvido por outras áreas do saber, tais como a sociologia, a psicologia, a engenharia etc. Porém, não é pelo fato de o conhecimento em administração dialogar com múltiplas e diferentes áreas – i. e., ter caráter generalista - que devemos considerá-lo como mera “soma das partes” de outros conhecimentos. Pelo contrário, a sua singularidade deve-se ao fato de constituir um conhecimento novo, ou seja, um novo olhar sobre os fenômenos a partir da intersecção de diferentes perspectivas teóricas. Os filósofos da ciência denominam esta especificidade teórica do conhecimento científico com o termo “**epistemologia***”, derivada do termo grego *epistêmê*, que significa conhecimento. Neste caso, a epistemologia da ciência da administração.

Outra característica da pesquisa em administração destacada por Saunders, Lewis e Thornhill (2009) refere-se ao fato de que este tipo de conhecimento, além de desenvolver novas ideias, tem a capacidade de relacioná-las de forma particular com a prática. Esta especificidade do conhecimento administrativo é referida como o “**círculo virtuoso entre a teoria e a prática**”, em que a pesquisa sobre a prática administrativa alimenta a teoria da qual é derivada. Sendo assim, a ciência da administração constitui-se nessa rica dinâmica dialógica entre a teoria e a prática, que forma a base essencial do conhecimento administrativo.

• **Epistemologia** – “Estudo
• crítico dos princípios,
• hipóteses e resultados das
• ciências já constituídas e
• que visa a determinar os
• fundamentos lógicos, o
• valor e o alcance objeti-
• vo delas. É uma reflexão
• sobre a ciência [...]”. É “[...]”
• a verificação dos métodos
• e objetos de cada uma das
• ciências e da ciência em
• geral. A palavra epistemo-
• logia tem origem nas pala-
• vras *épistêmê*, que signi-
• fica ciência, e logos, que
• significa estudo.” Fonte:
• Martins (2000a).
•

Resumindo



Iniciamos esta Unidade com duas perguntas: “o que é o conhecimento?” e “o que é ciência?”. Para responder à segunda pergunta apresentamos duas condições necessárias para que um conhecimento possa ser considerado científico:

- ▶ contribuir para o desenvolvimento sistemático e organizado de um corpo de conhecimento, denominado “conhecimento científico”; e
- ▶ estar em conformidade com as premissas do método científico.

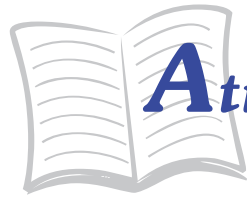
Em seguida, pudemos compreender que a ciência é um tipo de conhecimento diferente de outros, tais como o conhecimento religioso, o conhecimento filosófico e o conhecimento oriundo do senso comum, sendo que cada qual possui um conjunto específico de condições e características. Neste sentido, pudemos responder à primeira pergunta, comparando as especificidades dos diversos tipos de conhecimento.

Pudemos, também, conhecer que, apesar do relativo consenso em torno do conceito de ciência, existem diferentes escolas do pensamento científico, que propõem abordagens distintas a respeito do objeto da ciência, seus métodos e procedimentos.

Vimos que a ciência é classificada em relação a seus objetos de estudos: ciências formais e factuais; e que também é classificada de acordo com os seus fins: ciências básicas e aplicadas.

A seguir foi esclarecida a diferença entre metodologia e método, com destaque para este último, o qual consiste em um conjunto de etapas a serem cumpridas pelo pesquisador, lembrando que o método científico deve satisfazer a quatro condições necessárias: replicabilidade, precisão, falseabilidade e parcimônia.

Por fim, conhecemos o que caracteriza a pesquisa científica no campo da administração. Pudemos compreender que a administração representa um conjunto múltiplo de conhecimentos multidisciplinares, sem ser uma mera soma de suas próprias partes; e que a pesquisa em administração se constitui como um “círculo virtuoso entre a teoria e a prática”.



***A**tividades de aprendizagem*

Agora que sabemos o significado e a importância do conhecimento científico, vamos fazer alguns exercícios de fixação? Se você encontrar dificuldades, procure o seu tutor, que está sempre pronto para lhe ajudar.

1. O que se entende por “ciência”? O que diferencia a “ciência” de outros tipos de conhecimento?
2. Quais são as condições necessárias para satisfazer o método científico?
3. O que diferencia a pesquisa em Administração de outros tipos de pesquisa científica?

UNIDADE 3

TIPOS DE PESQUISA E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA



OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade, você deverá ser capaz de:

- ▶ Identificar os diferentes tipos de pesquisa;
 - ▶ Diferenciar as principais abordagens de pesquisa científica;
 - ▶ Conhecer as estratégias de pesquisa mais adequadas e coerentes com o seu problema de pesquisa; e
 - ▶ Escolher e adotar um conjunto de procedimentos metodológicos para realizar a sua pesquisa.
-

TIPOS DE PESQUISA E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

Nesta terceira Unidade iremos conhecer as características que distinguem os diversos tipos de pesquisa científica: a exploratória, a descritiva e a explicativa.

O tipo de pesquisa e as estratégias de pesquisa são importantes escolhas (decisões) metodológicas do pesquisador, pois nortearão a forma de abordar o problema de pesquisa e de coletar e interpretar os dados empíricos.

Na sequência, iremos conhecer os procedimentos metodológicos denominados “abordagens de pesquisa”: a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa; e um terceiro, que é uma mistura dos dois primeiros, conhecido como pesquisa quali-quant.

Finalizando a Unidade 3 iremos abordar as diferentes estratégias de pesquisa (que alguns autores denominam como “métodos de pesquisa”), com destaque para o experimento, o *survey*, a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

Pronto para seguir adiante?

Então, vamos lá!

Tipos de Pesquisa

Dependendo da finalidade, as pesquisas científicas podem ser agrupadas em três diferentes tipos: pesquisas exploratórias, pesquisas descritivas e pesquisas explicativas (BHATTACHERJEE, 2012). Considerando que toda pesquisa científica parte de um



Saiba mais

Pesquisa Científica

É o resultado de um inquérito ou exame minucioso realizado com o objetivo de resolver um problema recorrendo a procedimentos científicos. Lehfel'd (1991 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009) refere-se à pesquisa como sendo a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade. Fonte: Gerhardt e Silveira (2009).

Representa a indagação principal da pesquisa (o principal questionamento) vinculada ao problema de pesquisa.

problema e de uma **pergunta de partida**, a forma como o pesquisador irá responder a essa pergunta - tendo em vista os seus objetivos de pesquisa - poderá resultar em respostas de tipo exploratória, descritiva ou explicativa (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009). Por isso, nesta Unidade nos dedicaremos a compreender os tipos de pesquisa que irão determinar a finalidade de uma pesquisa científica, ou seja, os seus objetivos e propósitos.

No entanto é importante destacar que alguns autores especializados em metodologia científica, tais como Gil (1989), preferem organizar as pesquisas em diferentes tipologias, separadas de acordo com a seguinte classificação:

- ▶ quanto à sua abordagem (qualitativa ou quantitativa);
- ▶ quanto à sua natureza (**pesquisa básica ou pesquisa aplicada**);
- ▶ quanto aos seus objetivos (pesquisa exploratória, pesquisa descritiva ou pesquisa explicativa); e
- ▶ quanto aos seus procedimentos (pesquisa experimental, pesquisa bibliográfica, *survey*, estudo de caso etc.).

Cada uma dessas classificações é tratada indistintamente como “tipos de pesquisa”, diferentemente da forma como estamos propondo classificá-las neste livro.

Nesta Unidade abordaremos primeiramente os três principais tipos de pesquisa, de acordo com a sua finalidade: exploratória, descritiva e explicativa. Em seguida, iremos apresentar dois conjuntos de procedimentos metodológicos, mais um terceiro que é uma mistura desses dois, que são classificados de acordo não só com a forma de abordar o problema, mas também de coletar e interpretar os dados empíricos. Fazem parte desta classificação as abordagens quantitativas, as qualitativas e as quali-quantitativas. Por fim, apresentaremos as “estratégias de pesquisa”, que alguns autores também denominam simplesmente como “métodos de pesquisa”, representadas por um conjunto extenso de técnicas para a coleta e análise de dados, tais como o estudo de caso. Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 600, tradução nossa)

Não iremos tratar dessas duas classificações ao longo deste livro, tendo em vista que grande parte das pesquisas em Administração está orientada para a investigação de problemas relacionados às práticas administrativas, ou seja, à pesquisa aplicada.

definem as estratégias de pesquisa como um “plano geral a respeito de como o pesquisador irá responder à sua pergunta de pesquisa”.

Pesquisa Exploratória

As pesquisas exploratórias proporcionam ao pesquisador uma maior familiaridade com o seu **problema de pesquisa***. Segundo Cooper e Schindler (2003), as pesquisas exploratórias servem para:

- ▶ aumentar o entendimento do problema;
- ▶ refinar a questão de pesquisa;
- ▶ identificar informações que possam ser reunidas para formular as questões investigativas. Ou seja, para formular e/ou refinar a problemática e a pergunta de partida.

As pesquisas exploratórias são importantes para ajudar a formar o **esquema** geral da pesquisa, assim como, também, para refinar o uso dos instrumentos de **coleta de dados***. “O esquema auxilia o pesquisador a conseguir uma abordagem mais objetiva, imprimindo uma ordem lógica ao trabalho. Para que as fases da pesquisa se processem normalmente, tudo deve ser bem estudado e planejado.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 141). O esquema geral da pesquisa auxilia o pesquisador a organizar o uso do tempo e dos recursos empregados (materiais e humanos), através de uma representação gráfica do processo e das etapas da pesquisa.

O desenvolvimento de pesquisas exploratórias é útil, muitas vezes, para analisar se a **estratégia de pesquisa*** adotada é apropriada e examinar as potenciais abordagens de investigação. A pesquisa exploratória ajuda a verificar a viabilidade do que é proposto em termos de tempo, esforços e recursos, assim como a aplicação adequada e equilibrada desses recursos. Também contribui para gerar ideias iniciais – *insights* – sobre o fenômeno estudado, assim como para testar a viabilidade de se realizar um estudo mais abrangente.

As pesquisas exploratórias, comparativamente aos outros dois tipos de pesquisa (descritiva e explicativa), são aquelas que

Problema de pesquisa

– “Consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução ou é uma pesquisa ou por meio de processos científicos”. O problema de pesquisa é expresso por uma pergunta de partida. Fonte: Marconi e Lakatos (2010, p. 143).

O esquema pode ser representado graficamente por meio de uma figura denominada “figura-síntese da pesquisa”, que contempla as suas principais etapas e passos.

Coleta de dados – etapa da pesquisa em que são coletados dados e informações a partir de fontes primárias e/ou secundárias, por meio de técnicas e instrumentos, tais como observações, entrevistas etc. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

Estratégia de pesquisa – conjunto de procedimentos metodológicos que auxiliam o pesquisador a responder adequadamente à sua pergunta de partida. Constitui-se como um plano para realizar a coleta de dados empíricos, com o objetivo de chegar a essa resposta. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

“apresentam menor rigidez no planejamento”, tendo em vista que utilizam procedimentos mais flexíveis na coleta e interpretação de dados; justamente pelo fato de o pesquisador buscar formar uma visão preliminar a respeito de seu objeto de estudo. (BHATTACHERJEE, 2012; GIL, 1989)

Pesquisa Descritiva

População – conjunto definido e bem delimitado de elementos ou indivíduos com características semelhantes. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

As pesquisas descritivas têm como principal objetivo a “[...] descrição das características de determinada **população*** ou fenômeno” (GIL, 1989, p. 42). Dependendo do paradigma de pesquisa escolhido, o pesquisador poderá descrever o comportamento de determinadas relações ou variáveis entre os fenômenos (paradigmas positivista ou pós-positivista); ou, pelo contrário, simplesmente descrever o entrelaçamento dos fenômenos, suas relações e interações, visando a aprofundar a sua compreensão sobre a realidade estudada (paradigmas construtivistas ou interpretativistas). O pesquisador poderá utilizar tanto técnicas padronizadas como não padronizadas para a coleta e interpretação de dados. Este tipo de pesquisa é utilizado tanto na abordagem qualitativa como na quantitativa.

O principal objetivo das pesquisas descritivas é retratar com precisão as características de indivíduos, eventos ou situações.

Este tipo de pesquisa também é utilizado como complemento de pesquisas exploratórias, que já delinearam preliminarmente um primeiro olhar sobre a realidade estudada, cabendo à pesquisa descritiva o aprofundamento exato e preciso do fenômeno, tal como a descrição de variáveis: idade, nível de escolaridade, renda etc. (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009)

Pesquisa Explicativa

A pesquisa explicativa busca encontrar explicações para os fenômenos e comportamentos observados. Enquanto a pesquisa descritiva pretende responder a perguntas tais como “[...] o que, onde, e quando, a pesquisa explicativa procura respostas para o porquê e para o como de um fenômeno” (BHATTACHERJEE, 2012, p. 6, tradução nossa). Neste sentido, a pesquisa explicativa visa a encontrar as causas para a ocorrência dos fenômenos, ou seja, as **conexões entre as causas e os efeitos observados**, com o objetivo de explicar o objeto pesquisado.

O principal objetivo deste tipo de pesquisa é identificar precisamente os “[...] fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (BHATTACHERJEE, 2012, p. 6, tradução nossa). Tendo em vista a profunda influência do paradigma positivista nas ciências em geral - que visa apreender a totalidade da realidade estudada e, conseqüentemente, explicá-la por meio de leis, teorias e modelos – a pesquisa explicativa é frequentemente utilizada, mesmo nas ciências sociais aplicadas, através do uso de procedimentos quantitativos para coletar e analisar os dados. Evidentemente, caberá ao pesquisador refletir sobre a adequação deste tipo de pesquisa tendo em vista os seus objetivos, lembrando que as ciências da administração lidam, em geral, com fenômenos humanos ou intrínsecos a eles, muito difíceis de serem explicados e mensurados, devido à natureza subjetiva e complexa, própria das relações sociais e humanas. (GIL, 1989)

Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa

Uma vez decidido o tipo de abordagem do problema de pesquisa, o pesquisador deverá realizar algumas escolhas metodológicas, dentre elas as decisões relativas às estratégias de pesquisa, a serem apresentadas nesta Unidade, e à forma de abordar o problema, coletar e interpretar os dados empíricos.

Encontramos, neste último caso, dois conjuntos robustos de procedimentos metodológicos e um terceiro, que é uma mistura dos dois primeiros, agrupados por meio das seguintes abordagens:

- ▶ a pesquisa quantitativa;
- ▶ a pesquisa qualitativa; e
- ▶ a pesquisa quali-quantitativa.

As razões para a utilização de um ou outro procedimento dependem da orientação metodológica do pesquisador. Os adeptos da pesquisa quantitativa justificam a sua adoção por razões de **custo** ou **rapidez**, assim como pela possibilidade de estabelecer **comparações** e **generalizações** entre os fenômenos estudados. Por sua vez, os pesquisadores de orientação qualitativa afirmam que “o método fornece uma **compreensão profunda** de certos fenômenos sociais”. Neste caso, argumenta-se a relevância do aspecto **subjetivo** para dar conta da compreensão das estruturas sociais e organizacionais, assim como “[...] pela incapacidade da estatística em dar conta dos fenômenos complexos e dos **fenômenos únicos**”. (HAGUETTE, 1995, p. 63)

Assim, podemos afirmar que não existe um procedimento metodológico melhor ou pior do que outro, superior ou inferior, mas, antes, os procedimentos e as abordagens devem estar adequados com os objetos e fenômenos pesquisados, assim como devem ser coerentes entre si.

Pesquisa Quantitativa

Segundo Richardson (2007), a pesquisa quantitativa envolve as ações de coletar e analisar dados numéricos e aplicar testes estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Nas ciências sociais, a pesquisa quantitativa refere-se à investigação sistemática e empírica dos fenômenos sociais através de técnicas estatísticas, matemáticas ou computacionais. O objetivo é desenvolver e empregar modelos matemáticos, teorias e/ou hipóteses relacionadas aos fenômenos estudados.

O processo de **mensuração** é fundamental para a pesquisa quantitativa, pois fornece a conexão necessária entre a observação empírica e a expressão matemática das relações quantitativas. Este

procedimento é amplamente utilizado nas ciências sociais e nas ciências sociais aplicadas, tais como:

- ▶ na administração financeira (estudo de padrões de comportamento no preço de ações);
- ▶ na psicologia (testes escritos ou com desenhos, como o teste de Rorschach, para descrever certos padrões de comportamento);
- ▶ na economia (variações na oferta e demanda de bens e serviços visando a explicar tendências futuras para a inflação ou a recessão econômica);
- ▶ na sociologia (estudo de classes sociais agrupadas por critérios socioeconômicos, visando a explicar determinados comportamentos) etc.

Os procedimentos quantitativos também são utilizados em pesquisas de opinião para avaliar o nível da audiência nos meios de comunicação, como, por exemplo, através das empresas IBOPE, DATAFOLHA etc. Em pesquisas como estas, que utilizam a estratégia *survey* para a coleta de dados (discutiremos a estratégia *survey* mais adiante), os entrevistados são convidados a responder a um conjunto de **questões estruturadas** e as suas respostas são tabuladas e, posteriormente, inseridas em *softwares* estatísticos específicos, como o SPSS ou o MTAB – também denominados “**pacotes estatísticos**”; e, por fim, os dados são analisados.

Seguem alguns exemplos adicionais de pesquisas quantitativas:

- ▶ Uma pesquisa cuja conclusão aponta que, em média, os pacientes têm de esperar duas horas na sala de espera de um consultório médico antes de serem chamados;
- ▶ A pesquisa em administração pública ao estudar os processos de tomada de decisão utiliza, por vezes, estratégias para simular a realidade que se assemelham a **experimentos*** (descritos logo a seguir). Por exemplo, em uma estratégia de simulação denominada *gaming* (jogo) os participantes procuram chegar a uma decisão comum sobre a maneira como

Experimento – estratégia de pesquisa que tem como objetivo estabelecer relações de causa e efeito entre os fenômenos estudados, por meio de verificação empírica e de testes controlados. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

certos recursos financeiros devem ser destinados entre diferentes políticas. Resumidamente, a estratégia de simulação procura revelar a importância de motivações ou ações no processo de tomada de decisão. “Os resultados poderão ser utilizados para testar, comparar e implementar certos modelos de tomada de decisão na gestão pública” (THIEL, 2014, p. 64, tradução nossa). Neste exemplo, a coleta de dados, além da observação sistemática, utilizou instrumentos padronizados de coleta (questionários) cujos resultados foram tratados e analisados estatisticamente;

- No estudo do mercado de ações, em finanças, são utilizados modelos complexos e algoritmos para verificar certas hipóteses de investimento, com a finalidade de encontrar padrões na variação de preços das ações, tendo em vista propor estratégias futuras de investimento com capacidade preditiva.

Pesquisa Qualitativa

Se, por um lado, as pesquisas quantitativas procuram mensurar, medir, a realidade estudada, as pesquisas qualitativas se dedicam ao estudo de fenômenos em que a quantificação não é apropriada; ou em que não seja conveniente reduzir o objeto estudado a variáveis e padrões de medida, seja por sua natureza particular ou sua especificidade (características, contextos, etc.). Fenômenos tais como as crenças, os valores, as atitudes etc. são providos de características muito particulares, e exigem um espaço de análise mais profundo (MINAYO, 2002), que não se reduz à quantificação ou ao estabelecimento de variáveis explicativas.

Segundo os renomados autores de estudos qualitativos, Denzin e Lincoln (1994), apesar da dificuldade em precisar uma única definição para a pesquisa qualitativa, tendo em vista a multiplicidade de definições, pode-se afirmar que ela é “[...] uma atividade situada (intimamente ligada a um contexto), que insere o pesquisador na realidade” (DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 3, tradução nossa) que está estudando. Ou seja,

o pesquisador faz parte integrante do contexto de sua pesquisa e utiliza um conjunto de procedimentos metodológicos específicos com a finalidade de “tornar o mundo visível” (DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 3, tradução nossa). Neste sentido, participa ativamente de um processo de desvelamento e construção da realidade através de instrumentos ou técnicas de coletas de dados (ver a Unidade 5), tais como anotações em seu diário de campo, fotografias, **entrevistas*** etc. Ao interagir com a realidade, o pesquisador realiza um processo contínuo de **interpretação e transformação**, que são atributos essenciais da pesquisa qualitativa.

Nesta mesma linha de abordagem, Godoy (1995) afirma que na pesquisa qualitativa os fenômenos devem se compreendidos no contexto em que ocorrem e as suas análises devem privilegiar uma “perspectiva integrada” entre o objeto estudado e o pesquisador. Este, por sua vez, deve “captar” o fenômeno considerando todos os vários pontos de vista relevantes, assim como vários tipos de dados devem ser coletados e analisados “[...] para que se entenda a dinâmica do fenômeno”. (GODOY, 1995, p. 21)

Seguem alguns exemplos de pesquisas qualitativas:

- Um experimento na área de Marketing pretende verificar a percepção de consumidores em relação ao binômio preço/qualidade de um determinado produto. Espera-se que os consumidores associem o preço de um produto com o atributo qualidade (preço alto = maior qualidade; preço baixo = menor qualidade). Para confirmar a presença/ausência da associação entre essas variáveis (preço e qualidade), a pesquisa realiza testes para verificar se o experimento sofre do efeito placebo.

Entrevista – trata-se, em geral, de uma conversa entre duas partes: de um lado o(s) pesquisador(es) e de outro o(s) entrevistado(s). O principal objetivo das entrevistas é compreender determinadas situações ou fenômenos vividos pelos entrevistados, assim como obter informações a partir da perspectiva do(s) entrevistado(s). Fonte: Marconi e Lakatos (2010).



Saiba mais

Efeito Placebo

Tem sua origem atrelada aos estudos ligados às ciências médicas e farmacológicas e, basicamente, consiste na capacidade de produtos inertes produzirem efeitos por meio do seu uso ou consumo. Esse efeito passou a fazer parte do escopo do Marketing em 2005, quando estudos mostraram a capacidade do preço gerar modificações sobre o desempenho de um produto. A ideia do efeito placebo desencadeado pelo preço dos produtos está ancorada no fato de as crenças globais, que associam preço baixo a produtos de má qualidade, anteciparem as expectativas do consumidor acerca da resposta do produto e, a partir disso, alterarem o seu desempenho. Fonte: Lazzari (2013).

- ▶ Uma pesquisa que investiga o atendimento prestado por uma empresa de seguro-saúde a seus clientes, com o objetivo de conhecer o que é considerado “tratamento justo” para cada uma das partes. São utilizados procedimentos metodológicos qualitativos, dentre os quais a estratégia “análise do discurso”, que analisa os sentidos e significados de uma mensagem, na relação entre emissor, receptor e o meio pelo qual a mensagem é transmitida;
- ▶ Uma pesquisa que analisa os efeitos dos cheiros nas lojas de shopping centers como um agente para estimular a venda e o consumo. São utilizados procedimentos interpretativos para compreender como determinados cheiros são percebidos por consumidores durante a sua passagem pelas lojas;
- ▶ Uma pesquisa que analisa a qualidade de serviços bancários sob a ótica do cliente. Ou seja, como será que o cliente percebe o valor do serviço que está sendo prestado? São realizadas entrevistas semiestruturadas tendo em vista identificar e compreender quais são os principais fatores que constituem o “valor percebido” dos serviços pelos clientes.

Pesquisa Quali-Quanti

A pesquisa quali-quanti procura combinar os procedimentos metodológicos anteriores para a coleta e a interpretação de dados. Por exemplo, uma pesquisa sobre o desempenho acadêmico de estudantes de escolas públicas poderá, em uma primeira etapa, coletar e interpretar dados estatísticos consolidados a partir do *site* do INEP/MEC; e, posteriormente, realizar entrevistas semiestruturadas com alguns estudantes, com a finalidade de compreender em profundidade e com riqueza de detalhes determinadas informações insuficientemente tratadas no procedimento anterior, tais como: entender a rotina de estudos desses estudantes, conhecer a influência do papel da família

na sua formação (os apoios recebidos ou as obrigações requeridas), e a necessidade de complementação de renda da família através de trabalhos realizados pelos estudantes para ajudar os pais.

Estratégias de Pesquisa

Alguns autores denominam “estratégia de pesquisa” a um conjunto de procedimentos metodológicos que auxiliam o pesquisador a responder adequadamente à sua pergunta de partida. As estratégias de pesquisa podem ser utilizadas indistintamente em relação aos tipos de pesquisa (exploratória, descritiva e explicativa) e algumas se prestam melhor do que outras para atender a um determinado problema de pesquisa. Sendo assim, é de suma importância a avaliação criteriosa sobre qual estratégia utilizar por parte do pesquisador. Por exemplo, a estratégia *survey* é bastante utilizada em pesquisas cujo problema está relacionado à identificação de relações causais (causa e efeito) entre determinadas variáveis.

Alguns autores denominam as “estratégias de pesquisa” simplesmente como “métodos de pesquisa”. Livros de metodologia científica se dedicam longamente a descrever as estratégias de pesquisa (ou os “métodos de pesquisa”, como preferem alguns), avaliando suas principais características e analisando casos aplicados, que se adequam bem à **problemática pesquisada**. Particularmente, Vergara (2005) reúne uma ampla descrição a respeito de diversas estratégias utilizadas na área da administração (a autora ao invés de defini-las como “estratégias”, utiliza o termo “métodos de pesquisa”).

Alguns autores, tais como Gil (1989), utilizam o termo “delineamento” da pesquisa, para se referirem àquilo que estamos denominando “estratégias de pesquisa”. O termo delineamento, segundo o autor, advém da tradução do termo da língua inglesa “*design*”. O *design* da pesquisa, ou o seu delineamento, nada mais é do que o **plano** do pesquisador para realizar a coleta de dados empíricos, com o objetivo de responder adequadamente à sua pergunta de partida. (BHATTACHERJEE, 2012)



Processo de formulação do problema de pesquisa.

Porém, muita atenção a este ponto. Quando nos referimos a um “plano” não estamos nos referindo a um “instrumento” ou técnica, os quais serão tratados na Unidade 5. Ou seja, um plano é um conjunto estruturado de ações e etapas que envolvem decisões e escolhas. Já o instrumento, funciona como uma espécie de ferramenta, um meio para se obter algo. Neste sentido os instrumentos de coleta de dados, tais como a observação ou as entrevistas, fazem parte da estratégia de pesquisa do pesquisador, ou seja, do seu plano de pesquisa. Que é algo mais abrangente e anterior ao instrumento de coleta de dados.

Um último ponto de atenção deve ser considerado em relação às estratégias de pesquisa: cuidado para não se deixar levar pela ideia de que existem estratégias superiores e estratégias inferiores; ao contrário, devemos considerar a existência de estratégias adequadas ou inadequadas aos objetivos de pesquisa.

O Experimento

Segundo Bhattacharjee (2012), o experimento é uma das estratégias de pesquisa mais rigorosas, pois tem poder explicativo e preditivo, decorrente da identificação pelo pesquisador de relações de causa e efeito nos fenômenos estudados, servindo à generalização de seus resultados (aplicação em outros contextos de pesquisa). O experimento tem suas origens nas ciências da natureza, de base epistemológica positivista, porém, também é utilizado largamente nas ciências sociais, sobretudo na psicologia e na sociologia. Porém, segundo Gil (1989) em pesquisas na área de ciências sociais, os “experimentos se mostram adequados apenas a um reduzido número de situações” devido, principalmente, a considerações éticas e humanas. Saunders, Lewis e Thornhill (2009) também afirmam que o experimento é raramente utilizado na área da administração.

Nesta estratégia o pesquisador visa a compreender como as alterações em uma “**variável*** independente” (isto é, uma variável que não depende de nenhuma outra variável) produzem mudanças em outra variável, denominada de “variável dependente” (isto é, uma variável cujo comportamento depende diretamente do comportamento de outra variável). Os experimentos mais simples procuram identificar

Variável – “Elemento individual ou atributo sobre o qual os dados foram coletados”, tais como, por exemplo, a idade, a renda, a classe social, o nível educacional, etc. Fonte: Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 603, tradução nossa).

se existem ligações entre essas variáveis e quão significativos são os seus resultados. Esta estratégia de pesquisa é comumente utilizada em pesquisas explicativas, por meio de abordagens quantitativas, que visam a identificar relações causais entre os fenômenos, obtidos através de observação e verificação.

Em geral, o experimento é realizado com a constituição de dois grupos de indivíduos: um “grupo experimental” e um “grupo de controle”. Os indivíduos desses dois grupos devem possuir características semelhantes em função do objeto de estudo pesquisado (variáveis comportamentais, econômicas etc.). Por exemplo, uma pesquisa sobre os efeitos socioeconômicos (ascensão social, elevação do patrimônio financeiro, aumento no consumo etc.) gerados pelo acréscimo de renda de programas sociais, tais como o programa Bolsa Família, deve procurar constituir dois grupos de indivíduos com características socioeconômicas semelhantes (renda familiar, escolaridade, gênero (mulher) etc.). Em seguida, observam-se os efeitos socioeconômicos nos dois grupos, antes do recebimento do Bolsa Família e depois de um certo período de tempo. No entanto, é importante destacar que a variável independente (aporte de recursos por meio do Bolsa Família) irá incidir somente sobre o grupo experimental. O grupo de controle não irá receber o aporte de renda do Bolsa Família. Ao final, observam-se os dois grupos estudados com o objetivo de compreender a existência ou não de efeitos socioeconômicos sobre os mesmos (explicações de causa e efeito).



Saiba mais

Experimento

Um famoso experimento no campo da Administração ficou conhecido como o experimento (ou experiência) de Hawthorne, que marcou o início da Escola das Relações Humanas. A experiência, realizada pelo Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos em uma fábrica da Western Electric Company, situada no bairro de Hawthorne, na cidade de Chicago, foi coordenada por Elton Mayo, e sua finalidade era determinar a relação entre a intensidade da iluminação e a eficiência dos operários medida através da produção. Dividida em quatro etapas, a pesquisa conduziu experimentos relativos à produtividade e condições físicas no meio de produção, aplicando novas propostas administrativas. Cada uma dessas etapas foi mostrando resultados surpreendentes, o que o levou a concluir que a produção depende da expectativa do grupo, dos benefícios cedidos pela empresa, dos intervalos de descanso e das refeições servidas. Tal experimento serviu como embasamento para alguns teóricos defenderem os novos paradigmas administrativos propostos pela escola de Relações Humanas. Fonte: Concursos em Administração (2010).

É preciso ter cuidado ao se interpretar e analisar os dados, pois outros fatores não contemplados no experimento (fatores exógenos) também poderão influenciar no resultado final, induzindo o pesquisador a conclusões erradas ou incompletas.

Na Unidade 4 serão apresentadas as definições dos termos “hipóteses”, “amostras” e “população”.

O grupo de controle, por exemplo, poderá ter recebido o aporte de renda de outros programas sociais, tais como auxílio-doença, benefícios previdenciários, alimentares ou assistenciais.

Em resumo, segundo Saunders, Lewis e Thornhill (2009), um experimento típico deve incluir:

Amostra – subconjunto da população analisada, com características comuns ou de semelhança entre si. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

- ▶ Definição de hipóteses;
- ▶ Seleção de **amostras*** de indivíduos de uma determinada população;
- ▶ Distribuição aleatória de amostras a diferentes condições experimentais, assim como em relação ao grupo experimental e ao grupo de controle;
- ▶ Introdução de uma intervenção planejada para uma ou mais variáveis, com o objetivo de observar a variação nos resultados (efeitos);
- ▶ Mensuração em um pequeno número de variáveis dependentes;
- ▶ Controle de todas as outras variáveis.

Survey

O *survey* como método formal de investigação “[...] foi iniciado na década de 1930-40 pelo sociólogo Paul Lazarsfeld para investigar os efeitos do rádio na formação da opinião política dos Estados Unidos” (BHATTACHERJEE, 2012, p. 73, tradução nossa). O *survey* é uma estratégia de pesquisa que faz uso de questionários (ver na Unidade 5) para coletar dados e informações de forma sistemática a respeito de

pessoas, de suas preferências e de seus comportamentos. Esta estratégia se tornou muito popular nas ciências sociais aplicadas, fazendo uso de procedimentos metodológicos oriundos de abordagens quantitativas.

O *survey* possui um forte apelo “de aplicação por parte do pesquisador” por ser relativamente fácil de explicar e de compreender, além de seus resultados inspirarem muita confiança, pois se filiam, normalmente às epistemologias positivistas, que visam descrever e explicar a realidade com muita autoridade e certeza, através de leis e modelos científicos. Esta estratégia é utilizada, frequentemente, com os tipos de pesquisa explicativa ou descritiva. Segundo Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 144, tradução nossa), os *surveys* “[...] são populares entre os pesquisadores, pois permitem a coleta de uma grande quantidade de dados a partir de uma população ampla, de forma altamente econômica”. Ou seja, são estratégias bastante apropriadas para se pesquisar em larga escala, visando a representar, através de uma amostra, as preferências ou o comportamento de uma ampla população.

Todos os dias presenciamos nos jornais e na TV exemplos de relatórios de pesquisas com a utilização da estratégia *survey*, entre eles: indicadores de satisfação em relação a determinados serviços (serviços de telefonia, que indicam se os clientes estão muito satisfeitos ou muito insatisfeitos com relação aos seus serviços); indicadores de preferência eleitoral, que procuram relacionar as preferências dos cidadãos em relação a determinadas características dos candidatos.

A Pesquisa Documental

A pesquisa documental procura restringir seu processo de coleta de dados à utilização de documentos, **escritos ou não escritos (fotografias, mapas etc.)**. Estes documentos podem ser separados em “fontes primárias”, “[...] quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado” (GODOY, 1995, p. 22); e “fontes secundárias”, “[...] quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência” (GODOY, 1995, p. 22), conforme iremos ver com mais detalhes na Unidade 4.

Godoy (1995, p. 22) cita também os “[...] elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes)”.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p. 169), “[...] considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”. Assim, temos: regulamentos, atas de reunião, relatórios, arquivos, pareceres, cartas, diários, jornais, revistas etc. Esses documentos auxiliam o pesquisador a compreender uma situação passada ou reconstituir determinados contextos históricos, visando a descrever hábitos ou comportamentos expressos por estes registros.

Uma das vantagens da pesquisa documental é a de permitir o estudo de fenômenos ou pessoas às quais não temos acesso físico, seja porque não estão mais vivas (distância temporal, comumente estudada em pesquisas históricas), seja pela distância espacial (comumente estudada em pesquisas da geografia, mas que abrange indistintamente as ciências sociais aplicadas). (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999)

Adicionalmente, distingue-se a pesquisa documental de outras estratégias de pesquisa pelo fato de aquela não utilizar questionários, entrevistas ou observações na coleta de dados, mas, ao contrário, coletar exclusivamente documentos. Tanto em abordagens qualitativas, quantitativas ou quali-quantitativas podem ser combinadas estratégias que utilizem a pesquisa documental com outras estratégias como, por exemplo, o estudo de caso (a ser apresentado no tópico seguinte).

Em relação aos tipos de pesquisa esta estratégia poderá ser utilizada indistintamente, tanto em pesquisas exploratórias (para possibilitar uma primeira “visão” sobre o assunto, com posterior aprofundamento), como em pesquisas descritivas ou explicativas (fazendo o uso de técnicas próprias de outras estratégias de pesquisa, como, por exemplo, a análise de conteúdo).

O Estudo de Caso

Eisenhardt (1989, p. 534) afirma que um estudo de caso é concebido como “[...] uma estratégia de pesquisa orientada para a compreensão das dinâmicas que emergem de contextos singulares”. Para Stake (2006, p. 444), o estudo de caso “[...] se concentra no conhecimento experiencial do caso (a inserção e vivência pelo

pesquisador no contexto pesquisado) e coloca atenção nos seus diversos contextos, como o social e o político”.

Segundo Stake (2006), existem três tipos de estudos de caso:

- ▶ **Intrínseco:** é aquele que desperta um interesse genuíno no próprio caso, na sua particularidade e especificidade. A sua escolha não se deve pelo fato de que ele possa representar outros casos, nem para o fim de uma generalização ou para a construção de uma teoria.
- ▶ **Instrumental:** serve essencialmente para a generalização ou para o aprofundamento de um problema particular. Ele possibilita a geração de *insights* e ajuda a refinar uma teoria.

[...] o caso em si tem um interesse secundário, pois ele desempenha um papel de suporte, agindo como um facilitador para a nossa compreensão e para o nosso entendimento. O caso é frequentemente tratado na sua profundidade e tem o seu contexto escrutinado e suas atividades ordinárias detalhadas. O caso pode ou não ser visto como típico de outros casos. (STAKE, 2006, p. 445)

- ▶ **Múltiplo ou coletivo:** consiste na aglomeração de diversos estudos de caso de tipo instrumental, que são similares em natureza e descrição. (STAKE, 2006; YIN, 2003).

Segundo Godoy,

[...] o estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real. (GODOY, 1995, p. 25)

A aplicação da estratégia “estudo de caso” cobre uma ampla e diversa faixa de situações de pesquisa. Por exemplo:

- ▶ Uma pesquisa sobre as políticas públicas direcionadas para o alívio da pobreza rural poderá se dedicar a compreender os resultados específicos da política pública “Territórios da Cidadania”, no território delimitado pela mesorregião “Meio-Oeste Contestado”, no Estado de Santa Catarina;
- ▶ Uma pesquisa sobre os impactos dos processos de “gestão de negócios” (business process management - BPM) na gestão pública de organizações poderá se dedicar a compreender um caso aplicado específico como, por exemplo, o Poder Judiciário de Sergipe;
- ▶ Uma pesquisa sobre a inclusão socioeconômica de microempreendedores poderá estudar como o acesso aos serviços microfinanceiros no município de Autazes, no Estado do Amazonas tem gerado muito mais exclusão socioeconômica do que inclusão.

A Etnografia

A etnografia é uma estratégia de pesquisa cujas raízes nasceram de pesquisas de campo realizadas por antropólogos como, por exemplo, Claude Levis Strauss, cujo trabalho empírico foi realizado junto a tribos indígenas brasileiras e registrado no livro *Tristes Trópicos*; ou Malinowski, cuja pesquisa foi narrada em *Argonautas do Pacífico Ocidental*; ou, ainda, Darcy Ribeiro, cujos estudos resultaram no seu livro *O Processo Civilizatório*.

Todos estes registros têm em comum o fato de buscarem identificar e compreender em profundidade a realidade social e cultural vivida por determinadas populações com características étnicas e culturais muito singulares como, por exemplo, as populações nativas quase isoladas do contato com a cultura ocidental. Ritos, símbolos, linguagens e costumes representam um contexto que exige a imersão completa do pesquisador na cultura desses povos, tendo em vista

vivenciar plenamente (e durante longos períodos de tempo) esses universos simbólicos e culturais para compreendê-los.

Neste sentido, e por isto mesmo, esta estratégia requer muito tempo de dedicação, assim como muita flexibilidade do pesquisador para adequar-se a novos padrões cognitivos sobre o fenômeno observado (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009). A etnografia é uma estratégia que auxilia o pesquisador a ter *insights* sobre o contexto estudado, possibilitando a subsequente interpretação a respeito da sua visão sobre os fenômenos observados e vivenciados.

Saunders, Lewis e Thornhill (2009) apontam para a importância de se identificar previamente um contexto ou um grupo em que o pesquisador irá procurar aplicar a sua pesquisa, tendo em vista responder ao seu problema de pesquisa para que o seu objetivo possa ser plenamente atendido. A negociação do pesquisador para participar dentro do contexto investigado como um integrante ou membro, também é uma etapa crucial da pesquisa, pois exige a formalização de sua atuação como participante pleno do processo investigado. Tal exigência é fundamental para iniciar a pesquisa, mas, sobretudo, para ganhar a confiança dos membros que fazem parte do contexto social ou organizacional.

Vergara (2005, p. 77) cita um interessante exemplo de utilização da estratégia etnográfica em que o pesquisador inseriu-se como aprendiz de marceneiro em uma marcenaria com o objetivo de analisar os símbolos e as imagens que norteavam as relações sociais e produtivas daquela organização. Para o pesquisador, “[...] as sutilezas das relações sociais e produtivas dificilmente seriam captadas se outro modo de pesquisa tivesse sido adotado”.

Apresentamos até aqui as principais estratégias de pesquisa utilizadas na Administração. Contudo, antes de escolher aquela a ser adotada, recomenda-se que o pesquisador consulte outros autores especializados em metodologia de pesquisa em administração, tais como Vergara (2005), para conhecer e se familiarizar com outras estratégias não descritas neste livro, como, por exemplo, [a grounded theory, a análise de conteúdo, a pesquisa-ação](#) etc. A escolha adequada e coerente da estratégia de pesquisa contribuirá para que os seus objetivos sejam alcançados com êxito.

Por fim, após a escolha da estratégia de pesquisa, uma última decisão importante a ser feita é definir qual será o **horizonte de tempo** da pesquisa, ou seja, qual será o corte temporal no período de investigação? O pesquisador pretende que a sua pesquisa seja como uma espécie de fotografia instantânea da realidade (corte transversal) ou como um diário, que retrata a realidade ao longo de uma sequência temporal de acontecimentos (corte longitudinal)?

- ▶ **Longitudinal:** o pesquisador irá acompanhar continuamente o seu objeto, por um período de tempo determinado (semanas, meses etc.).
- ▶ **Transversal:** o pesquisador fará um recorte momentâneo do fenômeno (um corte transversal), procurando registrar uma “fotografia” do objeto ou fenômeno estudado.



Saiba mais

Grounded theory

Considerada uma “[...] estratégia de pesquisa em que a teoria é desenvolvida a partir de dados gerados por uma série de observações e entrevistas por meio de uma abordagem indutiva”. Fonte: Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 592).

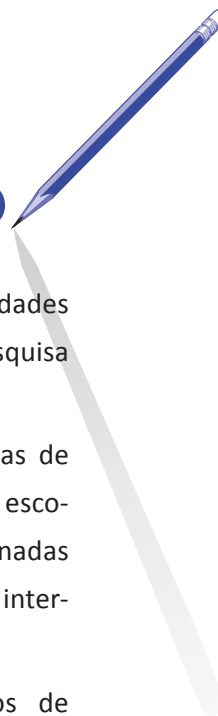
Análise de conteúdo

Para Saunders, Lewis e Thornhill, é considerada uma estratégia de pesquisa, e Bardin a define como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”. Fonte: Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 592) e Bardin (1977, p. 42).

Pesquisa-ação

É considerada uma “[...] estratégia de pesquisa preocupada com a gestão da mudança e que envolve uma estreita colaboração entre profissionais, que atuam em um determinado contexto social (tal como uma organização) e os pesquisadores”. Fonte: Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 587).

Resumindo

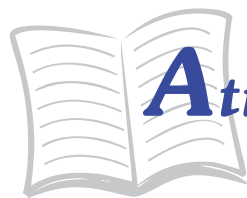


Nesta Unidade compreendemos as particularidades entre os diferentes tipos de pesquisa científica: a pesquisa exploratória, a descritiva e a explicativa.

Como vimos, os tipos de pesquisa e as estratégias de pesquisa fazem parte de algumas das mais importantes escolhas (decisões) metodológicas dos pesquisadores, relacionadas à forma de abordar o problema de pesquisa e de coletar e interpretar os dados empíricos.

Conhecemos, também, dois conjuntos robustos de procedimentos metodológicos denominados “abordagens de pesquisa”: a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa; e um terceiro, que é uma mistura dos dois primeiros, conhecido como pesquisa quali-quant.

Finalizamos a Unidade 3 nos dedicando a compreender as diferentes estratégias de pesquisa (sendo que alguns autores as denominam simplesmente como “métodos de pesquisa”), com destaque para o experimento, o *survey*, a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.



Atividades de aprendizagem

Após aprender sobre os tipos de pesquisa, vamos fazer alguns exercícios para fixar o conteúdo? Em caso de dúvidas, volte ao ponto que você não compreendeu, releia o texto e, caso precise de auxílio, entre em contato com o seu tutor, que está sempre à disposição para ajudá-lo em seus estudos.

1. Descreva as principais características das pesquisas: exploratória, descritiva e explicativa.
2. O que define uma pesquisa com abordagem quantitativa?
3. Com base nos exemplos de pesquisas com abordagem qualitativa referidos anteriormente, cite uma pesquisa em Administração que tenha adotado esta abordagem. Identifique quais são as principais evidências que caracterizam a abordagem qualitativa em seu exemplo.
4. Defina quais são as estratégias de pesquisa mais adequadas para atender ao objetivo da pesquisa abaixo. Justifique a sua resposta.

“Esta pesquisa pretende refletir sobre dois aspectos: o primeiro refere-se à igualdade de gênero nas organizações produtivas rurais; e o segundo, diz respeito aos aspectos sociais das atividades produtivas, que se contrapõem às análises de cunho eminentemente mercantis. Para isso, pretende-se analisar as organizações produtivas promovidas pelo Programa de Organizações Produtivas de Mulheres Rurais (POPMR), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)”.

UNIDADE 4

O PROCESSO DE PESQUISA



OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade, você deverá ser capaz de:

- ▶ Conhecer as principais etapas e fases do processo de pesquisa;
 - ▶ Delimitar o problema e os objetivos de pesquisa; e
 - ▶ Redigir um projeto de pesquisa.
-

O PROCESSO DE PESQUISA

Caro estudante,

Nesta Unidade iremos nos ater mais especificamente sobre o Projeto de Pesquisa e conhecer suas principais etapas, destacando-se, entre elas, a delimitação do problema e dos objetivos de pesquisa, etapa que vai determinar o grau de amplitude e de profundidade do estudo, por isso considerada de extrema importância neste aprendizado. O nosso objetivo é que, ao final desta Unidade, você esteja apto a redigir um projeto de pesquisa.

E então, preparado?

Vamos em frente!

Preparação da Pesquisa

O processo de pesquisa se inicia com o que alguns autores denominam de a “fase exploratória” da pesquisa (MINAYO, 2002). Apesar de esta fase não se confundir com a chamada “pesquisa exploratória” apresentada na Unidade 3 (tipos de pesquisa), ela mantém certas semelhanças, pois a fase exploratória pressupõe uma sequência de etapas com o objetivo de aprofundar a compreensão preliminar do objeto estudado. Minayo (2002) elenca as seguintes etapas da fase exploratória de pesquisa:

- ▶ A escolha do tópico de pesquisa;
- ▶ A delimitação do problema;
- ▶ A definição do objeto e dos objetivos;
- ▶ A construção do **marco teórico*** conceitual;

.....
 • **Marco teórico** – consiste
 • no estabelecimento de
 • um conjunto bem articu-
 • lado e coerente de teorias
 • e conceitos, que funda-
 • mentam teoricamente
 • a pesquisa. Em geral, o
 • marco teórico é represen-
 • tado ao final de um capí-
 • tulo ou de uma seção por
 • um quadro-síntese concei-
 • tual denominado “quadro
 • teórico”. Pode também
 • ser denominado como
 • “referencial teórico” ou
 • “modelo de análise”.

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

- ▶ A escolha dos instrumentos de coleta de dados; e
- ▶ A exploração de campo (o campo empírico).

O planejamento cuidadoso desta fase da pesquisa é fundamental para que o jovem pesquisador possa elaborar o seu **projeto de pesquisa**.

Para contemplar as etapas da fase exploratória, as respostas e a revisão das questões a seguir (Figura 6) o ajudarão na construção de seu projeto de pesquisa. São elas:

- O que pesquisar? – Definição do problema, hipóteses, base teórica e conceitual
- Por que pesquisar? – Justificativa da escolha do problema
- Para que pesquisar? – Propósitos do estudo, seus objetivos
- Como pesquisar? – Procedimentos metodológicos
- Quando pesquisar? – Cronograma
- Com que recursos? - Orçamento
- Pesquisado por quem? – Equipe de trabalho, pesquisadores, coordenadores, orientadores etc.

Figura 6: Perguntas para a elaboração do projeto de pesquisa
Fonte: Adaptada de Minayo (2002, p. 36)

Essas questões, em geral, não serão totalmente respondidas pelo pesquisador logo de início e de uma só vez, pois exigem clareza a respeito do objeto de estudo, que somente será adquirida após sucessivas leituras (bibliografia especializada, TCCs, **monografias*** e/ou **teses***), conversas com o orientador e com colegas, conhecimento preliminar do campo empírico (obtenção de informações ou visitas) etc.

Ao responder “o que pesquisar?”, o estudante deverá procurar se concentrar na identificação de um tema de seu interesse (o **tópico de pesquisa**). Algo que verdadeiramente o motive, mas, também, que seja viável (fácil acesso aos dados, suficiência de recursos disponíveis etc.); e que possa contribuir para o avanço do conhecimento científico (que possua relevância científica).

Por exemplo, uma pesquisa sobre os processos de gestão estratégica de um microempreendedor individual (MEI) pertencente

Monografia – refere-se a um trabalho escrito “[...] sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina”. Fonte: Marconi e Lakatos (2010, p. 219).

Tese – é uma das modalidades do trabalho científico “[...] que descreve um trabalho original de pesquisa, que demonstre avanço na área de estudo a que se dedica” (MARTINS, 2000a). É também considerada como uma atividade acadêmica; um pré-requisito para a obtenção de um título de doutor ou de livre-docente. Uma aceção também corrente para o termo “tese” refere-se à ideia central de um texto, o seu núcleo central, portador da mensagem principal do trabalho. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

a um parente próximo, que atua na área contábil, poderá ser muito interessante num primeiro olhar do pesquisador e, também, de fácil acesso; porém, terá pouco potencial para geração de contribuições (teóricas e/ou práticas) para a ciência da administração, pois, se trata de um objeto de estudo muito amplo e conhecido no campo administrativo (a gestão estratégica), aplicado a um objeto empírico (microempreendedor individual) muito particular e específico. É esperado que pesquisas sobre gestão estratégica dediquem-se a estudar empresas de porte maior do que um MEI. Assim, também espera-se que um MEI esteja mais preocupado com a operação do seu negócio (atividades de pintura, construção etc.) do que com a gestão estratégica.

Por outro lado, uma investigação sobre a captação de recursos para uma organização não governamental (ONG) de assistência ao menor, por exemplo, poderá ser mais adequada, pois trata de um setor relativamente menos conhecido, com demandas sociais concretas voltadas para as boas práticas de gestão de recursos financeiros. Neste caso, uma possível contribuição para a prática administrativa das ONGs poderia, por exemplo, se concentrar na investigação de processos de captação de recursos financeiros, ainda pouco explorados e pesquisados neste setor. Assim como, uma eventual contribuição teórica (muito mais difícil de ser conseguida) poderia, por exemplo, se concentrar no aprofundamento da investigação sobre modelos de governança corporativa para a gestão social de ONGs.

Ao escolher um tópico de pesquisa, o pesquisador deverá dedicar especial atenção para identificar uma problemática particular e bem delimitada teoricamente (a **delimitação do problema**). Ao se concentrar na identificação da problemática ele atuará como uma espécie de “detetive”, procurando incessantemente por “pistas” para resolver o seu problema de estudo. Onde normalmente todos enxergam uma realidade tranquila e comum, os olhos do pesquisador veem potenciais situações-problema passíveis de investigação e resolução.

O problema de pesquisa é expresso por uma pergunta, a pergunta de partida, com capacidade de representar suficientemente o problema investigado. No exemplo acima, da ONG, o problema de pesquisa é expresso pela seguinte pergunta: “como tornar o desenvolvimento de fundos para o Lar Anália Franco mais efetivo?” (VERGARA, 2005).

Vamos conhecer a seguir mais um exemplo de como uma pergunta de partida deve representar adequadamente o resultado da construção de um texto bem articulado pelo pesquisador:

MODELO DE PROBLEMA DE PESQUISA

Um fenômeno que vem chamando a atenção de pesquisadores nas últimas três décadas, por ser gerador de sofrimento psicológico e emocional ao homem, é o assédio moral no ambiente do trabalho. Ainda em construção, o estudo do fenômeno tem despertado o interesse não só do meio acadêmico-científico, mas também da sociedade, considerando que suas manifestações afetam a vida do trabalhador para além do ambiente de trabalho, cristalizando-se na vida privada, na sociedade, nos meios de produção e na força de trabalho, e gerando assim repercussões sociais, políticas e econômicas.

A despeito de que este fenômeno (assédio moral) desperte atenção para a sua ocorrência em ambientes organizacionais e em espaços de trabalho humano - campo de estudo da ciência da administração - seu entendimento tem sido alvo de estudo e pesquisa de outras áreas do conhecimento. Visto que as repercussões do fenômeno vão além das fronteiras da organização, e atingem outros campos da experiência humana – saúde, direitos, dignidade – o assédio moral tem levado principalmente a psicologia e o direito a se destacarem em pesquisas e produção científica no tema.

Deste modo observamos que estas duas áreas, juntamente com a ciência da administração e somadas ao entendimento sociológico a respeito da evolução da relação homem e trabalho ao longo da história, formam um arcabouço teórico que permite uma compreensão ampla e integral sobre o assédio moral nas organizações.

*Desse modo estabelecemos a seguinte pergunta de pesquisa para o trabalho monográfico que aqui nos propomos a realizar: **Quais são as concepções acerca do assédio moral na perspectiva dessas áreas e de que maneira essas concepções dialogam com a perspectiva da administração?***

Fonte: Maciel (2013).

Nesta etapa os objetivos da pesquisa (definição do objeto e dos objetivos), que são subdivididos em **objetivo geral e objetivos específicos***, começam a ganhar contorno, pois irão servir como um alvo para direcionar as ações do pesquisador na resolução do problema de pesquisa. Será essencial para o pesquisador construir vínculos bem evidentes entre a sua problemática e os seus objetivos de pesquisa, que possam refletir com precisão o alvo perseguido (objetivo geral). O uso de verbos no modo infinitivo auxilia o pesquisador a caracterizar o objetivo geral da pesquisa.

Usualmente, em uma pesquisa exploratória o objetivo geral começa pelos verbos: conhecer, identificar, levantar e descobrir; em uma pesquisa descritiva, inicia com os verbos: caracterizar, descrever e traçar; e em uma pesquisa explicativa, começa pelos verbos: analisar, avaliar, verificar, explicar etc. (RICHARDSON, 2007, p. 62-63)

Da mesma forma, o pesquisador deverá explicitar quais são os passos intermediários de sua pesquisa (objetivos específicos), que, ao serem respondidos, irão auxiliar na resposta ao objetivo maior. Ou seja, os objetivos específicos representam respostas parciais e intermediárias para o problema de pesquisa. “Definem etapas que devem ser cumpridas para alcançar o objetivo geral” (RICHARDSON, 2007, p. 63). Sem eles o pesquisador não conseguirá responder adequadamente ao objetivo geral.

Objetivo geral – representa um alvo ou uma meta para direcionar as ações do pesquisador na resolução do problema de pesquisa. “Está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas”. Fonte: Marconi e Lakatos (2010, p. 202).

Objetivos específicos – representam respostas parciais e intermediárias para o problema de pesquisa. “Definem etapas que devem ser cumpridas para alcançar o objetivo geral”. Fonte: Richardson (2007, p. 63).

Representa o conjunto de teorias e conceitos que fundamentam teoricamente a pesquisa. A representação sintética do referencial teórico constitui-se no estabelecimento do quadro teórico.

No passo seguinte o pesquisador deverá se dedicar ao início do processo de fundamentação teórica, que culminará no estabelecimento do **modelo de análise** (também conhecido como “marco teórico” ou “referencial teórico”), a ser descrito mais à frente na seção “fases da pesquisa”. O processo de fundamentação teórica tem como objetivo principal a **construção do marco teórico conceitual**, também denominado “referencial teórico”, que consiste no estabelecimento de um quadro teórico, fundamentado em teorias e conceitos. A fundamentação teórica é um dos momentos centrais da pesquisa, pois permite construir os fundamentos (os alicerces) que irão sustentar as etapas seguintes da investigação. Para viabilizar esta fase exploratória, o pesquisador irá realizar uma profunda [revisão da literatura](#) especializada sobre o tema de sua investigação.

Rever a Unidade 3, “Tipos de pesquisa”; e ver a Unidade 5, “Instrumentos e técnicas de coleta de dados”.

Após a construção do marco teórico o pesquisador irá implementar um conjunto de procedimentos metodológicos para atingir o seu objetivo de pesquisa (**escolha dos instrumentos de coleta de dados**). No seu papel de investigador, ele deverá adotar um conjunto de procedimentos coerentes para a sua investigação, assim como, deverá valer-se de instrumentos para coletar e analisar as suas “pistas” (as evidências empíricas). Algumas perguntas devem ser respondidas nesta etapa: O pesquisador pretenderá realizar uma pesquisa exploratória, com capacidade de geração de novos *insights* sobre o fenômeno estudado ou pretenderá procurar por explicações (relações causais) para os fenômenos? O pesquisador pretenderá abordar o seu objeto de pesquisa por meio de procedimentos qualitativos ou quantitativos?

Quais serão os instrumentos para a coleta e análise dos dados empíricos? Etc. Ou seja, as respostas a estas e outras perguntas irão nortear os procedimentos a serem utilizados na exploração do campo empírico.

As pesquisas em administração realizam, geralmente, investigações aplicadas às organizações com a utilização de procedimentos empíricos para a coleta de dados. Ou seja, o pesquisador investiga um fenômeno específico do ambiente organizacional, seja testando uma determinada teoria ou modelo, seja para



Saiba mais

Revisão de Literatura

Consiste em um trabalho de leitura e revisão de autores e trabalhos (livros, artigos científicos etc.) acerca do tema da pesquisa. O trabalho de revisão da literatura é uma etapa importante no processo de pesquisa, pois revela a capacidade do pesquisador em identificar e dialogar tanto com autores consagrados sobre o assunto, quanto com especialistas mais recentes, representados pelo “estado da arte” sobre o tema. Costuma-se também ser referida como “revisão bibliográfica”. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

formar uma primeira visão exploratória sobre o assunto. Nestes casos, dizemos que a pesquisa possui uma etapa empírica (a **exploração do campo**) formada pelo “campo empírico”, que nada mais é do que o lugar no qual o pesquisador irá coletar os seus dados e informações para formar um conhecimento acerca do problema para o qual procura uma resposta.

Alguns outros passos adicionais que complementam a “fase exploratória” da pesquisa consistem: na elaboração do cronograma, na preparação do orçamento e na definição da equipe.

A elaboração do **cronograma** descreve detalhadamente as atividades que o pesquisador irá realizar, dispostas temporalmente (dias, semanas ou meses). Aqui poderão ser utilizadas planilhas de dados para as atividades (linhas da planilha) em cruzamento com as datas previstas para a realização dessas ações (colunas da planilha). Isto auxiliará o pesquisador a visualizar e a controlar o tempo de dedicação para cada atividade, tendo em vista não comprometer a finalização do trabalho. Em geral, a finalização é limitada pela entrega da pesquisa na instituição de ensino ou no órgão financiador da pesquisa (CAPES, CNPQ etc.).

O **orçamento** da pesquisa é essencial para analisar a viabilidade financeira no uso de recursos da pesquisa. Isto é importante para dimensionar o emprego e o uso de recursos financeiros. Desde pesquisas mais simples, que irão demandar somente algumas cópias de livros e materiais impressos (como, por exemplo, a impressão final do trabalho escrito), até pesquisas mais complexas que precisam prever o uso de equipamentos de coleta de dados (gravador para as entrevistas, máquina fotográfica, diário de campo etc.); análise de dados (uso de *softwares* para tratamento de dados); deslocamentos, e viagens, hospedagens etc. Em geral, neste último caso, a pesquisa depende de um órgão financiador para ser viabilizada.

Finaliza-se com a descrição da **equipe** envolvida na pesquisa, que poderá contemplar somente o pesquisador e o seu orientador, até pesquisas mais complexas, que envolvem diversos pesquisadores e auxiliares. Nestes casos, é importante a descrição de cada membro da equipe, a sua atribuição (o que irá realizar), etc., tendo em vista o gerenciamento adequado dos componentes/pesquisadores, para evitar a sobrecarga de trabalho ou a sobreposição de funções.

O Projeto de Pesquisa

A materialização dessa sequência de etapas da fase exploratória resulta na elaboração do projeto de pesquisa, um documento escrito que irá descrever o roteiro de pesquisa (o plano de trabalho da pesquisa) a ser seguido e implementado pelo pesquisador. Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p. 149),

[...] um projeto de pesquisa consiste basicamente em um plano para uma investigação sistemática que busca uma melhor compreensão de um dado problema. É um guia, uma orientação que indica onde o pesquisador quer chegar e os caminhos que pretende tomar.

Para esses autores (1999, p. 149), o projeto deve ser capaz de indicar: o que se pretende investigar (o problema, o objetivo ou as questões do estudo)? Como se planejou conduzir a investigação de modo a atingir o objetivo e/ou a responder às questões propostas (procedimentos metodológicos)? Por que o estudo é relevante (em termos de contribuições teóricas e/ou práticas que o estudo pode oferecer)?



Saiba mais

Projeto de pesquisa

É um texto que define e mostra, com detalhes, o planejamento do caminho a ser seguido na construção de um trabalho científico de pesquisa. É um planejamento que impõe ao autor ordem e disciplina para execução do trabalho de acordo com os prazos estabelecidos. O projeto de pesquisa é necessário para seu autor: discutir suas ideias com colegas e professores em reuniões apropriadas; iniciar contatos com possíveis orientadores; participar de seminários e encontros científicos; apresentar trabalho acadêmico à disciplina Metodologia da Pesquisa, ou semelhantes; solicitar bolsa de estudos ou financiamento para o desenvolvimento da pesquisa; participar de concurso para ingresso em Programas de Pós-Graduação; ser arguido por membros de bancas de qualificação ao mestrado ou doutorado. Fonte: Martins (2000b).

Desta forma, o projeto de pesquisa compreende a redação das etapas da fase exploratória descritas anteriormente. É importante destacar que a redação do projeto de pesquisa deve ser realizada com rigor, clareza e objetividade, assim como obedecer a padrões e normas acadêmicas e gramaticais, conforme preveem as regras gramaticais da língua portuguesa e as normas instituídas pela ABNT.

Na seção a seguir vamos nos dedicar a aprofundar as principais fases da pesquisa. É importante destacar que o desenvolvimento de

uma pesquisa é um processo recorrente e em certa medida repetitivo, pois retornamos várias vezes às etapas anteriores, porém com um nível de profundidade maior, que nos permite avançar em direção ao objetivo principal. Assim, o ciclo de desenvolvimento de uma pesquisa toma a forma de uma espiral, na qual algumas fases que se repetem nos auxiliam a aprofundar as etapas subsequentes.

Fases da Pesquisa

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005), o processo de pesquisa representa a articulação de sete etapas de acordo com a Figura 7. Apesar de ilustrarmos as etapas através de um fluxo contínuo (setas descendentes), o processo de pesquisa pressupõe o retorno de algumas etapas que se retroalimentam recorrentemente (setas ascendentes) e refinam as etapas anteriores.

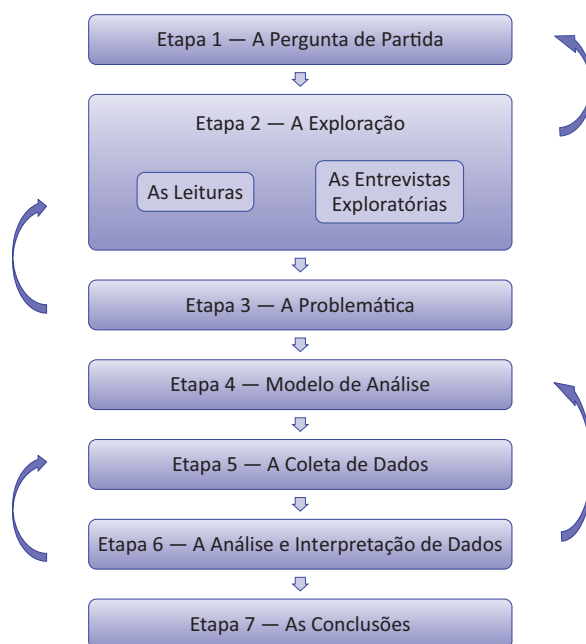


Figura 7: As Sete Fases da Pesquisa
Fonte: Adaptada de Quivy e Campenhoudt (2005, p. 242)

Etapa 1: A pergunta de partida

A definição da pergunta de partida é precedida pela escolha do tópico de pesquisa (não confundir com o título do trabalho) e do problema de pesquisa, que estão condicionados a dois critérios principais:

- ▶ À motivação, o interesse e às aptidões do pesquisador para estudar o assunto (o tópico) escolhido. Este critério diz respeito à **dimensão pessoal** do pesquisador em relação à sua pesquisa;
- ▶ À contribuição para o avanço ou aprofundamento do conhecimento científico. Isto requer um diálogo com o conhecimento científico já consolidado sobre o assunto, por meio de revisões bibliográficas para conhecer as teorias e modelos relacionados ao fenômeno a ser estudado. Este critério pretende verificar a **relevância da pesquisa**.

O tema escolhido deve ser **exequível**, ou seja, **viável** em termos de: a) tempo (estar adequado ao cronograma previsto para executar a pesquisa; b) acesso aos recursos (dificuldades de acesso aos dados e informações; dificuldades e custos de deslocamento; insuficiência de fontes de pesquisa etc.).

Segundo Quivy e Campenhoudt (2005, p. 44):

A melhor forma de começar um trabalho de investigação [...] consiste em enunciar um projeto sob a forma de uma pergunta de partida. Com esta pergunta, o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor. A pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor da investigação.

Para preencher corretamente a sua função, a pergunta de partida deve apresentar qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência:

- ▶ As qualidades de clareza:
 - ▶ Ser precisa
 - ▶ Ser concisa e unívoca
- ▶ A qualidade de exequibilidade:
 - ▶ Ser realista
- ▶ As qualidades de pertinência:
 - ▶ Ser uma pergunta verdadeira
 - ▶ Abordar o estudo do que existe
 - ▶ Ter uma intenção de compreensão dos fenômenos estudados.

Etapa 2: A Exploração

Após a formulação provisória da pergunta de partida, o pesquisador deve iniciar o trabalho de delimitação do objeto de seu estudo por meio da coleta de informações exploratórias. O objetivo nesta fase é subsidiar as escolhas do pesquisador por meio de um contato aprofundado com o conhecimento estabelecido na área de estudos de sua pesquisa. Segundo Quivy e Campenhoudt (2005), esta etapa é composta por duas partes: leituras preparatórias e realização de entrevistas exploratórias.

As leituras preparatórias servem, antes de mais, para obter informação sobre as investigações já levadas a cabo sobre o tema do trabalho e para situar em relação a elas a nova contribuição que se pretende fazer. Graças à suas leituras, o investigador poderá, além disso, fazer ressaltar a perspectiva que lhe parece mais pertinente para abordar seu objeto de investigação. A escolha das leituras deve ser feita em função de critérios bem precisos: ligações com a pergunta de partida [...] elementos de análise e de interpretação, abordagens diversificadas, períodos de tempo consagrado à reflexão pessoal e às trocas de pontos de vista...

As entrevistas exploratórias completam utilmente as leituras. Permitem ao investigador tomar consciência de

aspectos da questão para os quais a sua própria experiência e as suas leituras, por si só, não o teriam sensibilizado. As entrevistas exploratórias só podem preencher essa função se forem pouco diretivas, dado que o objetivo não consiste em validar as ideias preconcebidas do investigador, mas em imaginar novas ideias. (QUIVY; CAMPE-NHOUDT, 2005, p. 85-86)

As leituras preparatórias também podem ser subdivididas em duas atividades já descritas anteriormente na Unidade 1, quando tratamos da elaboração de um **plano de estudos**: atividades de documentação e de consulta a fontes de informação. A documentação faz parte do processo de registro de atividades de estudos, tais como as anotações, resumos e fichamentos. Por sua vez, a consulta a fontes de informação faz parte de um processo de consulta e leitura de livros, artigos e revistas científicas sobre o tema em estudo.

A coleta de informações exploratórias constitui-se na revisão de trabalhos científicos já realizados sobre o tema. Dois importantes critérios são comumente utilizados nessa coleta:

- ▶ A revisão de trabalhos de **autores consagrados** sobre o assunto (os “clássicos”); e
- ▶ O **estado da arte** da área estudada, formada por trabalhos recentes sobre o tema (artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado etc.), obtidos por meio de consulta às **bases de dados** referenciadas academicamente, tais como o portal de periódicos da CAPES <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>> e a base de dados SCIELO <<http://www.scielo.org>>.

A coleta de informações exploratórias, quando realizada por meio de consultas a documentos (fontes documentais), classifica essas informações em fontes primárias e fontes secundárias, conforme a descrição a seguir.

As bases de dados bibliográficos são formadas pela reunião e consolidação de centenas ou milhares de revistas científicas nacionais e/ou internacionais e por banco de dados de dissertações e teses, contemplando uma grande variedade de temas e assuntos. Essas bases de dados representam uma valiosa fonte de pesquisa acadêmica e científica, pois possuem, em sua maioria, trabalhos avaliados e aprovados por especialistas no assunto. Para saber mais consulte o endereço: <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/observatorio/base-dados-bibliograficos.asp>>. Acesso em: 29 out. 2015.

Fontes Documentais

Segundo Gil (1989), o que diferencia, fundamentalmente, as fontes primárias das fontes secundárias é a análise de dados que incide sobre essas últimas, ao contrário das fontes primárias, que ainda não sofreram qualquer tipo análise posterior desde a sua coleta. Seguem abaixo alguns exemplos:

- ▶ Fontes Primárias: dados históricos, arquivos oficiais e particulares; documentos oficiais; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada; reportagens de jornal; cartas; memorandos e circulares; contratos; filmes; fotografias; gravações.
- ▶ Fontes Secundárias: relatórios de pesquisa (IBGE, Censo demográfico etc.); relatórios de organizações (Banco Mundial, UNICEF, INEP/MEC etc.).

Etapa 3: A Problemática

A formulação da **problemática ou do problema de pesquisa** é uma das fases mais difíceis da pesquisa, exigindo leitura, reflexão e orientação. Alguns especialistas citam que uma das atividades mais essenciais para o pesquisador é o processo de problematização da realidade, pois exige preparo técnico e atividade sistemática em torno do objeto ou fenômeno pesquisado.

Jovens pesquisadores confundem, frequentemente, “[...] um tema ou um tópico de interesse com um problema de pesquisa” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999). O interesse pelo tema deve representar somente o início do processo de pesquisa, porém o fenômeno investigado (o objeto de estudo, as suas relações, o seu contexto etc.) precisa ser suficientemente problematizado e delimitado para que a pesquisa se constitua enquanto tal.

Isto pressupõe que a formulação e a delimitação do problema de pesquisa sejam suficientemente claras, precisas e objetivas; e que estejam em conformidade com os pressupostos básicos da ciência

Neste livro utilizamos de forma indistinta os termos “problemática” e “problema de pesquisa”.

(padrões e normas escritas, conformidade com o método científico etc.). O orientador desempenha aqui um papel central de apoio ao jovem pesquisador e de auxílio na identificação dos fundamentos científicos já consolidados na área de interesse do pesquisador.

Nesta fase a revisão bibliográfica auxilia o pesquisador a encontrar estudos semelhantes sobre o tema de interesse, facilitando a compreensão mais precisa do fenômeno pesquisado. Isto o auxilia sobremaneira no processo de familiarização com as teorias, modelos e conceitos utilizados para tratar do assunto. Essa busca contínua e recorrente pelo aprofundamento do conhecimento sobre o problema de pesquisa possibilita o refinamento da pergunta de partida.

É, também, comum a utilização de um procedimento preliminar que antecede a fase de revisão bibliográfica denominado “bibliometria”, pelo qual se procura realizar, de forma sistemática, um levantamento de fontes bibliográficas, baseado em técnicas quantitativas para a coleta, seleção e interpretação de fontes de informação, a chamada **análise bibliométrica**. Segundo Araújo (2006), a bibliometria possui algumas técnicas orientadas para a contagem de frequência de palavras e para a verificação da produtividade de periódicos científicos. Tal procedimento precisa ser utilizado com cuidado e visão crítica, tendo em vista que esta técnica baseia-se em uma abordagem de cunho positivista da ciência, que é uma vertente epistemológica com profunda influência das ciências da natureza, mas que tem sido gradativamente criticada. A principal crítica se refere, fundamentalmente, à excessiva quantificação da realidade estudada em detrimento de abordagens qualitativas, que procuram compreender em profundidade o objeto estudado, para além dos resultados quantificados.

A correta delimitação do problema deverá, dentro do possível, especificar os contornos e limites particulares do objeto estudado. O pesquisador deverá refletir sobre algumas questões, com o objetivo de delimitar com precisão o seu objeto de estudo.

A delimitação do problema de pesquisa é seguida pela elaboração dos **objetivos de pesquisa** (objetivo geral e objetivos específicos), que irão direcionar os esforços do pesquisador para a resolução do problema identificado, como vimos anteriormente. Os objetivos servem para orientar as ações de pesquisa em direção a um alvo, visando a responder à pergunta de partida formulada.

Para conhecer mais,
acesse: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v19n1/a05v19n1.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

Objetivos

O objetivo tem a função de apresentar com clareza para o leitor “[...] o que se visa com o trabalho” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 201). O objetivo geral possui um vínculo estreito, uma “amarração”, com o problema de pesquisa, pois, a pesquisa pretende contribuir para solucionar um determinado problema, identificado logo no início da introdução do projeto de pesquisa ou TCC. A ação investigativa relacionada ao problema de pesquisa expressa o objetivo geral da pesquisa. Por exemplo, ação investigativa sobre os fatores que incidem na produtividade dos funcionários, poderá ser expressa pela seguinte pergunta de partida: quais são os efeitos da iluminação na produtividade dos funcionários? A ação para identificar os efeitos da iluminação (positivos ou negativos) deve representar o objetivo geral da pesquisa (“identificar quais são os efeitos da iluminação na produtividade dos funcionários de uma empresa prestadora de serviços”). Como podemos perceber, o objetivo geral representa uma ação do pesquisador (verbo no infinitivo) para resolver o problema. Ou seja, podemos utilizar a mesma frase da pergunta de partida transformando-a em uma ação investigativa.

Os objetivos devem ser redigidos ao final da seção de introdução do projeto de pesquisa ou do TCC, logo após a pergunta de partida; e deve-se utilizar verbos no infinitivo, tais como: compreender, analisar, verificar, identificar, etc.

A seguir, e opcionalmente, o pesquisador poderá redigir objetivos específicos. É usual a utilização entre três a cinco objetivos específicos, que procuram representar as etapas intermediárias para a consecução do objetivo geral (MARCONI; LAKATOS, 2010). Ou seja, o objetivo geral aponta para uma direção a ser seguida na investigação, porém os objetivos específicos representam a descrição minuciosa das etapas necessárias para que o objetivo geral possa ser plenamente atendido. Por exemplo, o objetivo geral anteriormente apresentado (identificar quais são os efeitos da iluminação...) poderá ser desdobrado nas seguintes etapas (objetivos específicos): a) descrever as rotinas de trabalho dos funcionários da empresa de serviços pesquisada; b) conhecer as características técnicas (especificações técnicas) dos equipamentos de iluminação utilizados; c) conhecer as percepções dos funcionários a respeito dos efeitos da iluminação sobre a produtividade no trabalho.

Cuidado para não confundir com a área de Literatura (Estudos Literários), vinculada aos estudos da língua e literatura portuguesa.

A delimitação adequada de um problema de pesquisa e de seus objetivos normalmente é fruto de um trabalho paciente e sistemático de fundamentação teórica, realizado por meio de um processo exaustivo de **revisão da literatura**, que permite ao pesquisador o estabelecimento, mesmo que provisório, de um **quadro teórico** bem fundamentado. Decorre daí a definição clara e objetiva de conceitos e definições, que serão utilizados para operacionalizar a pesquisa.

Neste sentido, a problemática articula-se com a construção do modelo de análise (Etapa 4, que veremos a seguir), o qual terá como objetivo principal operacionalizar a problemática, representada através de seu quadro teórico, que irá atuar como guia para a coleta de dados empíricos.



Saiba mais

Quadro Teórico

Quadro-síntese constituído por teorias, conceitos, dimensões e/ou constructos teóricos, elaborado a partir da fundamentação teórica realizada pelo pesquisador. Tem como objetivo guiar o olhar do pesquisador tal qual uma “lente” teórica, que o auxiliará a organizar e analisar o campo empírico. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

Etapa 4: O Modelo de Análise

O modelo de análise aqui descrito é também tratado neste livro como “marco teórico” ou “referencial teórico”. Segundo Quivy e Campenhoudt (2005, p. 150),

O modelo de análise é o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise. É composto de conceitos e hipóteses estreitamente interligados entre si para formar, em conjunto, um quadro de análise coerente.

A conceitualização, ou construção dos conceitos, é uma construção abstrata que visa dar conta do real. Para este efeito, não retém todos os aspectos da realidade em questão, mas somente aquilo que exprime o essencial dessa realidade, do ponto de vista do investigador. Trata-se, portanto, de uma construção-seleção. A construção de um conceito consiste, por conseguinte, em definir as dimensões que o constituem e, em seguida, precisar os seus indicadores, graças aos quais estas dimensões poderão ser medidas.

A construção de um quadro teórico-conceitual, formado por conceitos e dimensões articuladas entre si deverá atuar como uma “lente” através da qual o pesquisador irá tratar os dados empíricos coletados. Ou seja, o quadro teórico representa o recorte da realidade ou, de forma semelhante, a perspectiva escolhida para tratar o objeto de estudo. Tal recorte da realidade é embasado na articulação de teorias, modelos e **constructos fundamentados teoricamente**.

Quadro Teórico

A fundamentação teórica sobre o tema é um dos pontos centrais da pesquisa, pois permite construir os fundamentos (os alicerces) que irão sustentar as etapas seguintes da investigação. Ao final da fundamentação teórica, realizada por meio da revisão da literatura sobre o tema, o pesquisador deve se empenhar para realizar uma síntese teórica, ao invés de simplesmente repetir sequencialmente trechos de autores selecionados. Neste trabalho de síntese vale a pena se esforçar para criar um **quadro teórico**, que represente a articulação dos principais conceitos e definições acerca do objeto teórico de pesquisa.

O processo de **operacionalização da pesquisa** – representado pela capacidade do pesquisador bem articular o seu quadro teórico com o objeto de sua pesquisa (seja ele empírico ou não) – está assentado em uma precisa fundamentação teórica e conceitual. Neste caso, o pesquisador não pode deixar brechas para a interpretação ambígua dos principais conceitos e definições utilizadas; ao final do processo de revisão da literatura ele deve apresentar o seu quadro teórico, que irá guiar a pesquisa.

Concomitantemente, o pesquisador deve estabelecer as suas principais hipóteses de pesquisas, que o auxiliarão a orientar a coleta de dados.

Hipóteses de Pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 145), “[...] a função da hipótese, na pesquisa científica, é propor explicações para certos fatos e ao mesmo tempo orientar a busca de outras informações”. A hipótese tem uma função dupla. Por um lado, o pesquisador propõe uma



O constructo teórico representa um quadro bem articulado e coerente de conceitos e/ou dimensões, que pretendem descrever e/ou explicar o funcionamento ou o comportamento de determinados fenômenos empíricos.

formulação provisória para responder à sua problemática de pesquisa, servindo como uma “aposta” que antecede à verificação empírica do fenômeno. Ou seja, serve como uma **explicação** mais provável sobre o fenômeno, na qual “[...] a hipótese é uma resposta plausível para essa indagação” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 157). Porém, por outro lado, ela serve somente como uma **orientação** para a busca de respostas ao problema de pesquisa. Neste caso, ao invés de buscar explicar a realidade, a hipótese pretende tão somente orientar o olhar e as ações do pesquisador para uma determinada direção que deverá ser construída ao longo do processo de pesquisa. No primeiro caso, os pesquisadores vinculados às epistemologias positivistas e pós-positivistas, acreditam que a realidade pode ser explicada e, neste sentido, cabe ao pesquisador, testar e verificar as suas hipóteses visando à sua comprovação, refutação ou à sua reformulação. Em oposição, os pesquisadores vinculados às epistemologias construtivistas, interpretativistas, fenomenológicas etc., preferem tão somente propor “[...] a utilização de “**hipóteses orientadoras**” iniciais” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 158) ou “hipóteses de trabalho”, que se referem a uma expectativa inicial sobre os futuros resultados a serem investigados.

A tradução portuguesa do texto original de Quivy e Campenhoudt (2005) refere-se ao termo “observação” para designar aquilo que estamos nos referindo neste livro como “coleta de dados”.

Etapa 5: A Coleta de Dados

Esta etapa da pesquisa relaciona-se com um amplo conjunto de procedimentos denominados “procedimentos metodológicos” ou simplesmente “metodologia”. A metodologia, como já vimos na Unidade 3, em “tipos de pesquisa”, refere-se a um conjunto de escolhas do pesquisador que o auxiliarão a responder **como** ele irá encaminhar a sua pergunta de partida (o problema da pesquisa). Que tipo de pesquisa utilizará? Qual a estratégia de pesquisa adotada? Quais serão os seus instrumentos e técnicas para a coleta de dados (a ser apresentada a seguir na Unidade 5, “Instrumentos e técnicas de coleta de dados”)? Etc.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2005, p. 205),

A coleta de dados compreende o conjunto de operações através das quais o modelo de análise é confrontado com dados observáveis. Ao longo dessa etapa são, portanto, reunidas numerosas informações. [...] Conceber essa etapa de coleta de dados equivale a responder às três perguntas seguintes: coletar o quê?; em quem?; como?

Coletar o quê? Os dados a reunir são aqueles que são úteis à verificação das hipóteses. São determinados pelos indicadores das variáveis. Chamam-se dados pertinentes. Coletar em quem? Trata-se, depois, de circunscrever o campo das análises empíricas no espaço geográfico e social, bem como no tempo. Dependendo do caso, o investigador poderá estudar o conjunto da população considerada ou somente uma amostra representativa ou significativa dessa população.

Como coletar? Esta terceira pergunta incide sobre os instrumentos da coleta de dados propriamente dita. A coleta de dados compõe-se, com efeito, de três operações:

- ▶ Conceber o instrumento capaz de fornecer as informações adequadas e necessárias para testar as hipóteses; por exemplo, um questionário um guia de entrevistas ou um quadro de observação direta;
- ▶ Testar o instrumento de coleta de dados antes de o utilizar sistematicamente, de modo a assegurar-se de que o seu grau de adequação e de precisão é suficiente;
- ▶ Aplicá-lo sistematicamente e proceder, assim, à coleta de dados pertinentes.

Neste ponto é necessário circunscrever o campo no qual serão realizadas as análises empíricas. Ou seja, qual será o recorte da realidade que irá guiar as análises? Em geral, o objeto de estudo é segmentado em três dimensões analíticas: **nível micro, nível meso e nível macro**. A unidade de análise é um termo que procura delimitar a localização, o tamanho ou a escala de um objeto ou fenômeno investigado.

Unidades de Análise

- ▶ **Nível micro:** refere-se, geralmente, ao indivíduo ou a um pequeno grupo de indivíduos pertencentes a um contexto social particular. Por exemplo, um estudo de caso sobre a liderança organizacional exercida por gerentes departamentais em uma empresa de grande porte do setor alimentício. O nível micro de análise delimita-se ao papel desempenhado pelos gerentes (indivíduos).
- ▶ **Nível meso:** refere-se ao estudo de uma organização específica (uma empresa, uma instituição, uma organização pública etc.). Por exemplo, a pesquisa sobre as práticas estratégicas em uma organização pública do setor elétrico. O nível meso de análise delimita-se à compreende as práticas estratégicas adotadas no nível organizacional.
- ▶ **Nível macro:** refere-se ao estudo de uma sociedade, uma nação ou um grande grupo social com características bem definidas. Por exemplo, numa pesquisa sobre as práticas de desenvolvimento local sustentável em um município do nordeste brasileiro, o nível macro de análise refere-se ao município. Ou, alternativamente, a identificação de resultados socioeconômicos em ações do Programa Bolsa Família entre os anos de 2003 e 2013. Neste último caso, o nível macro de análise refere-se ao País (Brasil).

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p. 170),

[...] nada impede que se utilize mais de uma unidade de análise no mesmo estudo. Isto pode ser feito, tanto para a investigação de um mesmo aspecto, como para diferentes aspectos do problema, bastando, neste caso, que se especifique que unidades correspondem a que aspectos

da análise. Essa especificação, porém, nem sempre pode ser feita no projeto porque, frequentemente, é a própria análise dos dados que indica a necessidade de se incluir uma outra unidade de análise.

Em se tratando de estudos de caso, o estabelecimento da unidade de análise corresponde à definição do “caso” (YIN, 2003). Assim, por exemplo, em um estudo localizado em uma instituição de ensino superior (uma faculdade, instituto ou departamento), pode-se estar interessado na implementação de uma inovação (nível organizacional), ou em como diferentes segmentos (professores, alunos e técnicos) reagiram à inovação (nível grupal), ou ainda, na atuação de alguns tipos de líderes estudantis (nível individual). Uma descrição sucinta dos aspectos relevantes do “caso” deve ser incluída no projeto. Por exemplo, se o “caso” é uma favela, dados sobre localização, condições sanitárias e de habitação, serviços disponíveis na área (escola, posto de saúde, segurança), grupos atuantes, e outros pertinentes à questão estudada devem ser incluídos.

As respostas às duas primeiras perguntas (coletar o quê? e coletar em quem?), colocadas anteriormente por Quivy e Campenhoudt (2005), exigem por parte do pesquisador, além da definição do objeto de sua pesquisa, a delimitação da amostra da pesquisa.

População e Amostra

Segundo Gil (1989), a pesquisa nas ciências sociais envolve uma quantidade de elementos (indivíduos, fenômenos etc.) tão grande que se torna quase impossível considerá-los em sua totalidade. É por este motivo, justamente, que os pesquisadores selecionam somente uma parte desses elementos para estudar, de tal forma que essa parte possa ser suficientemente representativa do universo investigado (população). Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 206),

[...] a delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados,

enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc.

- ▶ **População:** representa um conjunto definido e bem delimitado de elementos ou indivíduos com características semelhantes. Por exemplo, a população do município de Iraí, no Estado do Paraná, é formada pelo conjunto de seus habitantes; a população estudantil de uma escola de educação básica de Iraí é formada por todos os seus estudantes; etc.
- ▶ **Amostra:** a amostra é representada por um subconjunto da população analisada, com determinadas características comuns ou de semelhança entre si. Por exemplo, o pesquisador interessado em pesquisar o desempenho acadêmico de estudantes de educação básica poderá selecionar somente uma única escola do município de Iraí. Neste caso, o pesquisador supõe que a escola selecionada possa ser suficientemente representativa de todas as escolas de educação básica do município. Essa suposição possibilitará futuramente ao pesquisador, na etapa de análise dos dados, realizar **inferências e generalizações**. No entanto, vários cuidados precisarão ser tomados para que tais generalizações possam ser adequadas e válidas. Neste caso, o pesquisador deverá seguir alguns critérios para delimitar suficientemente a sua amostra de dados, e desse modo não incorrer em erros ou falsas suposições. As pesquisas quantitativas utilizam largamente os procedimentos de amostragem, estabelecendo técnicas e critérios para a sua adequada seleção.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), os processos de amostragem podem ser agrupados em dois tipos: **amostra não probabilística** e **amostra probabilística**.

- ▶ **Amostra não probabilística:** este tipo de processo, muito utilizado em pesquisas qualitativas, não faz uso de procedimentos estatísticos para a seleção dos indivíduos ou fenômenos estudados. Neste caso, não se pretende generalizar os resultados, mas, pelo contrário, selecionar características não aleatórias, bastantes particulares, que possam ser adequadas aos propósitos da pesquisa. A amostra, neste caso, não pretende ser representativa da população estudada, privilegiando-se escolhas de indivíduos ou fenômenos de forma **proposita**, vinculadas a contextos singulares. A possibilidade de generalização dos resultados desse tipo de amostra é bastante pequena. A modalidade mais frequentemente utilizada desta amostra denomina-se “intencional”, pois o pesquisador escolhe intencionalmente (não aleatoriamente) os indivíduos a serem estudados;
- ▶ **Amostra probabilística:** este tipo de amostra fundamenta-se em técnicas estatísticas que visam a garantir que a escolha aleatória de indivíduos ou fenômenos pesquisados possa resultar na mesma probabilidade, ou seja, que não tenha nenhum viés determinado pela intenção do pesquisador. Essas técnicas visam a reduzir certos erros amostrais com o consequente aumento de significância dos dados, resultando em uma maior representatividade dos resultados em relação à população. A amostra probabilística é largamente utilizada em pesquisas quantitativas, tais como pesquisas sobre a preferência dos consumidores sobre um determinado produto, ou pesquisas sobre a preferência dos cidadãos no processo eleitoral. Esta amostra busca, sobretudo, a generalização de seus resultados.

A resposta à terceira questão (como coletar?) vincula-se à escolha dos principais instrumentos e técnicas de coleta de dados. Tais instrumentos e técnicas são constituídos pela observação, pelas

entrevistas e pelos questionários. Na próxima Unidade iremos aprofundar o estudo das diferentes modalidades de cada uma dessas técnicas.

Etapa 6: Análise e Interpretação de Dados

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 151), a análise e a interpretação de dados fazem parte do “núcleo central da pesquisa”. Apesar de se constituírem em duas atividades distintas, elas estão profundamente relacionadas, conforme as autoras descrevem abaixo:

Análise (ou explicação). É a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser “estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-efeito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo etc.”. (TRUJILLO, 1974, p. 78)

Por sua vez, a interpretação é

[...] a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos. Na interpretação dos dados da pesquisa é importante que eles sejam colocados de forma sintética e de maneira clara e acessível. Dois aspectos são importantes:

- a) Construção de tipos, modelos, esquemas. [...]
- b) Ligação com a teoria. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 152)

Na Unidade 5 iremos aprofundar a discussão em torno dessas duas atividades que compõem esta etapa.

Etapa 7: As Conclusões

As conclusões de uma pesquisa devem procurar evidenciar a capacidade do pesquisador em sintetizar as análises e interpretações realizadas na etapa anterior, assim como comunicar as contribuições (teóricas e/ou práticas) aportadas por seus resultados.

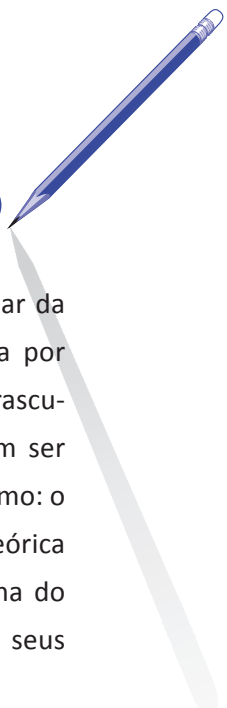
Nesta etapa o relatório final de pesquisa, deve realizar “[...] uma comparação entre os resultados hipoteticamente esperados e os observados, bem como uma retrospectiva das principais interpretações das suas diferenças” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995, p. 244). É esperado, também, que o pesquisador responda objetivamente ao seu problema de pesquisa, expresso na sua pergunta de partida. Ou seja, após analisar e interpretar os dados do campo empírico, será que a pesquisa conseguiu responder adequadamente à pergunta inicialmente formulada? E em relação às hipóteses iniciais, os resultados foram satisfatórios?

Em seguida, o pesquisador deverá apontar as suas principais contribuições teóricas e/ou práticas. O jovem pesquisador não deve se assustar, nem se inibir, com a possibilidade remota de conseguir realizar aportes teóricos inéditos para a comunidade científica estabelecida. Mas, mais modestamente, deve tentar realizar a sua contribuição teórica por meio do apontamento de potenciais novas perspectivas teóricas. Tais perspectivas poderão, por exemplo, ser expressas através da reorganização de conceitos, ou pela apresentação de quadros-sínteses que proponham novas perspectivas teóricas. Vale destacar, que essas novas perspectivas teóricas irão se inserir em uma perspectiva de formação do jovem pesquisador. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995)

Em relação às contribuições orientadas para a prática profissional (contribuições práticas), o jovem pesquisador da área de Administração poderá motivar-se mais facilmente, pois as pesquisas nesse campo do conhecimento (pesquisas aplicadas), em geral, dedicam-se a compreender e propor aportes práticos mais frequentes, tais como, por exemplo, as contribuições para os novos processos organizacionais de gestão.

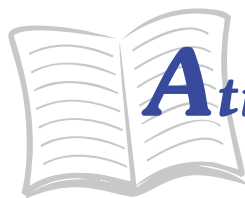
Por fim, o pesquisador deverá apontar as limitações de sua pesquisa, assim como sugerir a realização de novas pesquisas, em continuidade às suas contribuições.

Resumindo



Iniciamos esta Unidade abordando a fase preliminar da pesquisa, conhecida como fase exploratória, constituída por uma sequência de etapas que auxiliam o pesquisador a rascunhar o seu projeto de pesquisa. Esta fase pode também ser compreendida como uma sequência de perguntas, tais como: o que pesquisar? (definição do problema, hipóteses, base teórica e conceitual); por que pesquisar? (justificativa da escolha do problema); para que pesquisar? (propósitos do estudo, seus objetivos); como pesquisar? (metodologia); etc.

Em seguida apresentamos o projeto de pesquisa, o qual é um documento escrito que descreve detalhadamente o plano de trabalho do pesquisador em relação à sua pesquisa. Ele se constitui como um roteiro que o pesquisador elabora para descrever os passos ou fases da pesquisa, que são: escolha do tema; levantamento de dados e informações; formulação do problema e objetivos; apresentação de hipóteses de pesquisa; delimitação da população e amostra; e seleção da metodologia, dos métodos, técnicas e instrumentos.



Atividades de aprendizagem

Nesta Unidade, aprendemos as etapas de preparação de uma pesquisa. Vamos praticar os conceitos abordados? Caso você tenha alguma dúvida com relação aos exercícios e ao conteúdo, volte e releia os textos; e se as dúvidas persistirem, lembre-se que você pode consultar o seu tutor, o qual está à sua disposição para lhe prestar todo o auxílio necessário.

1. Defina uma população e uma amostra para a pesquisa a seguir:

“Esta pesquisa pretende analisar os impactos socioeconômicos promovidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na região do Meio-Oeste Contestado. Mais especificamente pretende-se identificar e analisar o aumento da renda familiar em estabelecimentos rurais conduzidos por mulheres agricultoras.”

2. Marconi e Lakatos (2010) definem que os processos de amostragem podem ser agrupados em dois tipos: **amostra não probabilística** e **amostra probabilística**. Descreva as principais características dos tipos de amostra apresentados pelas autoras.

UNIDADE 5

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS



OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade, você deverá ser capaz de:

- ▶ Conhecer os principais instrumentos e técnicas para a coleta e análise de dados;
 - ▶ Adequar coerentemente os procedimentos de coleta de dados aos objetivos de pesquisa; e
 - ▶ Analisar e interpretar os dados coletados no campo empírico de acordo com as suas principais escolhas metodológicas.
-

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Após o planejamento inicial da pesquisa, que apresentamos na Unidade 4, o pesquisador deverá, quando for o caso, executar a etapa relativa ao campo empírico, constituído, fundamentalmente, pela “coleta de dados” e pela “análise e interpretação de dados” (MARCONI; LAKATOS, 2010). Nesta Unidade, apresentaremos a você os principais instrumentos e técnicas de coletas de dados utilizados na pesquisa em administração: observação (nas suas quatro formas mais usadas em pesquisas: assistemática ou não estruturada; sistemática; não participante; e participante), entrevistas (estruturadas; semiestruturadas; em profundidade; em grupo e grupos focais; padronizadas e não padronizadas) e questionários. Finalizaremos o estudo com uma breve descrição sobre a análise e a interpretação de dados empíricos. Inicie a leitura e em caso de dúvida e/ou curiosidade, consulte o seu tutor. Bons estudos!

Observação

A coleta de dados através da observação é uma técnica que visa à obtenção de informações e dados do campo empírico onde o pesquisador empresta os seus recursos sensíveis (visão, audição, tato, olfato, paladar etc.) para o exame dos fenômenos estudados.

A principal característica da observação está associada ao fato de colocar o pesquisador diretamente em contato com o fenômeno empírico estudado. Exige, por isto mesmo, como ressaltam Marconi e Lakatos (2010), muita atenção e controle para registrar sistematicamente os dados e informações que afetam o objeto pesquisado.

Nas pesquisas qualitativas, sobretudo, a observação é muito valorizada.

Imagine, por exemplo, uma pesquisa sobre o tema da “cultura organizacional”, em que se deseja compreender o papel e a influência dos ambientes informais na construção da estratégia corporativa, tais como a “rádio peão”, representada pelas conversas de corredores, ou, também, a copa, onde é servido o cafezinho. Neste caso, o pesquisador deverá participar ativamente no processo de observação e registro das conversas informais, com o objetivo de encontrar vínculos emergentes na formação da estratégia organizacional.

Em outro exemplo, o pesquisador poderá pretender compreender os efeitos da alimentação no desempenho organizacional de seus colaboradores, e poderá analisar não somente as informações nutricionais dos alimentos como, também, participar de sessões de almoço dentro do restaurante da organização. Neste caso, ele irá valer-se de sua observação, mas também de todos os seus outros sentidos para interpretar o fenômeno estudado.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), a técnica da observação possui as seguintes vantagens em relação a outras técnicas de coleta de dados:

- a) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos;
- b) permite “checar”, na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para “causar boa impressão”;
- c) permite identificar comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir; e

- d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial.

A técnica da observação, segundo Marconi e Lakatos (2010), pode ser dividida em seis tipos: observação assistemática ou não estruturada; observação sistemática; observação não participante; observação participante; observação individual; e observação em equipe. A seguir apresentaremos os **quatro tipos mais utilizados nas pesquisas**

Observação Assistemática ou não Estruturada

Este tipo de observação, muito utilizado em pesquisas exploratórias, tem como principal qualidade o seu caráter espontâneo e assistemático, que se deixa envolver no livre fluxo do contexto observado, sem planejamento prévio. Evidentemente, apesar de seu caráter fluído, existe um mínimo de controle por parte do pesquisador, com o objetivo de registrar os fatos observados de forma que possam contribuir para os objetivos de sua pesquisa.

Não iremos apresentar os tipos de “observação individual” ou “observação em equipe”, pois consideramos que a primeira já faz parte dos outros tipos descritos; e que a segunda não é utilizada com frequência nas pesquisas em Administração.

Observação Sistemática

Este tipo de observação “[...] realiza-se em situações controladas, para responder a propósitos preestabelecidos”. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 176)

O objetivo da observação sistemática, segundo Gil (1989), é descrever precisamente os fenômenos. Ela é, também, adequada para o teste de hipóteses. O pesquisador, neste caso, antevê quais são as características ou os aspectos de um determinado grupo (uma organização, por exemplo) que são significativos para que os seus objetivos de pesquisa sejam atendidos. Desta forma, propõe um conjunto de hipóteses que serão testadas no campo empírico através da observação. Para atingir seu objetivo, o pesquisador elabora um plano detalhado (um roteiro) a ser seguido de forma sistemática para observar e registrar os fenômenos.

Exemplos deste tipo de observação podem ser encontrados em pesquisas sobre o papel exercido pelo gerente em organizações de grande porte. O pesquisador, a partir de um conjunto preestabelecido de características gerenciais (negociador, porta-voz, relações públicas etc.), elabora um plano de observação para verificar e testar essas características no campo empírico. Caso elas sejam identificadas, o pesquisador poderá aceitar as suas hipóteses iniciais; caso contrário, ele poderá propor alterações, tendo em vista adequar essas características a outros elementos encontrados ao longo de sua observação.

Observação não Participante

Neste tipo de observação, o pesquisador participa de atividades no campo empírico, sem, no entanto, integrar-se como membro do grupo observado. Ou seja, o pesquisador age como um espectador, registrando sistematicamente os eventos observados.

Observação Participante

Neste tipo de observação, o pesquisador participa ativamente no campo empírico por meio de interações, procurando vivenciar o contexto observado, sem, no entanto, utilizar outros instrumentos de coleta de dados, como questionários ou formulários (MARCONI; LAKATOS, 2010). A observação participante é frequentemente utilizada nas estratégias etnográficas de pesquisa.

A observação participante pode ser dividida em “natural” e “artificial” (GIL, 1989). Na primeira, o observador pertence ao grupo pesquisado (pois já faz parte como membro); e na segunda, ele se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação.

Entrevistas

Na Unidade 3 descrevemos como uma pesquisa é classificada tendo em vista os seus propósitos e fins: exploratória, descritiva e explicativa. Agora iremos apresentar como as diferentes modalidades de entrevistas poderão auxiliar na coleta de dados empíricos, fazendo com que a pesquisa possa avançar em consonância com os seus objetivos.

As entrevistas representam um dos instrumentos mais ricos e utilizados para a coleta de dados empíricos. Trata-se, em geral, de uma conversa entre duas partes: de um lado o(s) pesquisador(es) e de outro o(s) entrevistado(s). O principal objetivo das entrevistas é compreender determinadas situações ou fenômenos vividos pelos entrevistados, assim como obter informações a partir da perspectiva do(s) entrevistado(s) (MARCONI; LAKATOS, 2010). As entrevistas possibilitam tratar de temas complexos, que dificilmente poderiam ser compreendidos por meio do uso de questionários padronizados. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999)

O pesquisador deve informar ao entrevistado quais são os seus objetivos com a realização da entrevista, além de expor brevemente o tópico e os objetivos de sua pesquisa. É recomendável que o pesquisador apresente uma carta da instituição de ensino ou de pesquisa a que pertence, em papel timbrado, assinada por um professor ou orientador, com a finalidade de demonstrar o caráter acadêmico da pesquisa, além de assegurar a confidencialidade dos dados e informações coletadas.

A coleta de dados primários através de entrevistas pode ocorrer em quatro diferentes modalidades:

- ▶ entrevistas estruturadas;
- ▶ entrevistas semiestruturadas;
- ▶ entrevistas em profundidade; e
- ▶ entrevistas em grupo e grupos focais.



Os questionários padronizados serão apresentados ao final desta Unidade.

Entrevistas Estruturadas

Nas entrevistas estruturadas são utilizados questionários idealizados com base em um conjunto de perguntas predeterminadas e idênticas para todos os entrevistados. “As entrevistas estruturadas são utilizadas para coletar dados e informações quantificáveis, sendo por esta razão referidas, também, como ‘entrevistas quantitativas’”. (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009, p. 320)

Entrevistas Semiestruturadas

Nas entrevistas semiestruturadas o pesquisador utiliza somente uma breve lista de tópicos e questões a serem cobertos ao longo da entrevista, mesmo que estes possam variar aleatoriamente entre os diferentes entrevistados. Isso significa que o pesquisador poderá omitir algumas perguntas de acordo com o contexto encontrado. A ordem das perguntas também pode variar, dependendo do fluxo da conversa. As respostas deverão ser gravadas ou anotadas para posterior transcrição e análise dos dados. Normalmente, este tipo de entrevista e, também, a entrevista em profundidade (apresentada a seguir) estão associadas às abordagens qualitativas de pesquisa. (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009)

Entrevistas em Profundidade

As entrevistas em profundidade são caracterizadas por sua informalidade no processo de coleta de dados. Este tipo de entrevista, apesar de não possuir um roteiro rigidamente estabelecido com questões predeterminadas, tem como objetivo permitir ao pesquisador uma exploração profunda de seu objeto de pesquisa. Isto requer bastante liberdade para seguir caminhos não planejados (novas trilhas), embora o pesquisador tenha que ter uma ideia clara dos aspectos que deseja explorar ao longo da entrevista. Também pode-se denominar esse tipo como “entrevista não diretiva”, pois a sua condução é determinada pelo livre fluxo do diálogo entre as duas partes. (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009, tradução nossa)

Entrevistas em Grupo e Grupos Focais

As **entrevistas em grupo** referem-se a uma designação genérica das entrevistas realizadas com mais de dois entrevistados, utilizando-se procedimentos não padronizados (sem um roteiro de perguntas rigidamente definido). Elas se distinguem dos **grupos focais** pelo fato de estes atribuírem um foco específico a um tópico de pesquisa precisamente definido, com o objetivo de promover uma discussão entre os entrevistados, que será objeto de registro (gravação). (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009)

Entrevistas Padronizadas e Não Padronizadas

Saunders, Lewis e Thornhill (2009) sugerem uma forma alternativa para agrupar os diferentes tipos de entrevistas, subdividindo-as em **entrevistas padronizadas e não padronizadas**, conforme a Figura 8:



Figura 8: Tipos de entrevistas

Fonte: Adaptada de Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 321, tradução nossa)

As **entrevistas padronizadas** caracterizam-se pelo fato de o pesquisador seguir um roteiro planejado e uma sequência ordenada de perguntas, elaboradas previamente. Por sua vez, nas **entrevistas não**

padronizadas o pesquisador deixa-se levar pelo fluxo da entrevista, de acordo com as respostas do entrevistado, sem um roteiro rigidamente estabelecido.

Segundo Saunders, Lewis e Thornhill (2009), existem quatro aspectos interrelacionados que poderão servir como guia para o pesquisador decidir pela adoção da modalidade de entrevista não padronizada:

- ▶ O propósito da pesquisa;
- ▶ A importância do contato pessoal direto com o(s) entrevistado(s);
- ▶ A natureza das perguntas (as perguntas exigem respostas complexas?);
- ▶ O período de tempo necessário para completar o processo de coleta de dados (o tempo planejado para as entrevistas é curto ou longo?).

Para facilitar a compreensão a respeito da utilização da modalidade de entrevista não padronizada, iremos relacioná-las a seguir com os tipos de pesquisa que discutimos na Unidade 3 (pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas). Esta associação não pretende afirmar que não possamos adotar outras modalidades de pesquisa além dessas sugeridas a seguir.

- ▶ Nas **pesquisas exploratórias**, as **entrevistas em profundidade** podem ser muito úteis no processo de identificação e descoberta preliminar acerca do fenômeno estudado (para realizar um primeiro levantamento sobre o que está acontecendo); assim como na geração de novos *insights* de pesquisa, que poderão reconduzir a investigação para novos caminhos, não identificados durante a fase inicial de planejamento. As entrevistas semiestruturadas também poderão ser úteis nas pesquisas exploratórias;
- ▶ Já nas **pesquisas descritivas**, as **entrevistas estruturadas** poderão ser utilizadas como um “[...] meio para identificar padrões gerais” (SAUNDERS;

LEWIS; THORNHILL, 2009, p. 322, tradução nossa), tais como, por exemplo, padrões de comportamento;

- Por sua vez, nas **pesquisas explicativas**, “[...] as **entrevistas semiestruturadas** poderão ser utilizadas a fim de compreender as relações entre variáveis, tais como aquelas encontradas numa pesquisa descritiva.” (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009, p. 322, tradução nossa). No entanto, neste tipo de pesquisa é muito comum a utilização de entrevistas estruturadas ou questionários pela facilidade de quantificação das variáveis atribuídas às respostas.

Questionários

O questionário é “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 150)

O questionário também pode ser entendido como um termo que “[...] inclui todas as técnicas de coleta de dados em que o entrevistado é convidado a responder a um mesmo conjunto de perguntas em uma ordem predeterminada”. Incluem-se, também, entrevistas estruturadas e questionários realizados por telefone ou respondidos sem a presença de um entrevistador, como, por exemplo, os formulários *online*, muito utilizados através de plataformas da Internet como o *Google drive*. (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009, p. 360)

Análise e Interpretação de Dados

Após a coleta dos dados devemos iniciar o processo de preparação das informações com o objetivo de analisá-las e interpretá-las. Para isto, deveremos elaborar e classificar os dados de forma sistemática

de acordo com os seguintes passos propostos por Marconi e Lakatos (2010):

- ▶ **Seleção:** após a coleta de dados, o pesquisador deverá realizar uma “[...] verificação crítica a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que podem prejudicar o resultado da pesquisa” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 150). É comum o pesquisador registrar grande quantidade de dados ou, ao contrário, registrá-los de forma incompleta; nestes casos, deverá localizar os excessos ou insuficiências com o objetivo de prepará-los para o processo posterior de codificação. Caso seja necessário, o pesquisador deverá retornar ao campo empírico com o objetivo de realizar uma segunda coleta de dados, para complementação ou correção dos dados anteriores.
- ▶ **Codificação:** a codificação de dados consiste na seleção e transformação de dados brutos, como palavras, sentenças e parágrafos (LANGLEY, 1999). É uma técnica utilizada para agrupar dados comuns atribuindo-lhes um conceito ou um código, com a finalidade de elaborar uma representação adequada dos dados coletados. É um processo fundamental na pesquisa, pois revela a capacidade do pesquisador de transformar os dados brutos, coletados no campo empírico, em conceitos e categorias com sentido e significado analíticos. A técnica da codificação exige o estabelecimento de critérios adequados de classificação.
- ▶ **Tabulação:** para facilitar o processo de análise dos dados empíricos propõe-se a elaboração de tabelas visando a agrupar os códigos, com a finalidade de representá-los adequadamente. As grades analíticas, na forma de tabelas, matrizes e figuras, permitem:
 - ▶ preservar parcialmente a riqueza dos dados coletados;

- ▶ criar conceitos e categorias relativamente mensuráveis;
e
- ▶ identificar relações entre os conceitos. Dessa forma, poderão ser mais bem compreendidos e interpretados. (MILES; HUBERMAN, 1994; LANGLEY, 1999, tradução nossa)

Após a elaboração e classificação dos dados o passo seguinte refere-se à sua análise e interpretação, constituindo-se no “[...] núcleo central da pesquisa”. (MARCONI; LAKATOS, 2010)

- ▶ **Análise:** no processo de análise dos dados, o pesquisador procura **estabelecer relações** entre os dados obtidos e as hipóteses inicialmente formuladas, com o objetivo de responder ao problema de pesquisa. Tais relações poderão ser de natureza exploratória, descritivas ou explicativas, dependendo do tipo de pesquisa adotado pelo pesquisador. Neste processo, ele realiza de forma contínua a **segregação/separação** analítica dos resultados encontrados, procurando, em seguida, construir as primeiras ligações entre os conceitos inicialmente propostos na revisão teórica vis-à-vis os resultados alcançados.
- ▶ **Interpretação:** nesta etapa o pesquisador deve apresentar com clareza os resultados de sua interpretação a partir das análises realizadas na etapa anterior. Este é um processo eminentemente de síntese, no qual o pesquisador constrói vínculos entre a teoria e os resultados, destacando os achados e propondo, em alguns casos, novas relações entre a teoria e/ou a prática.

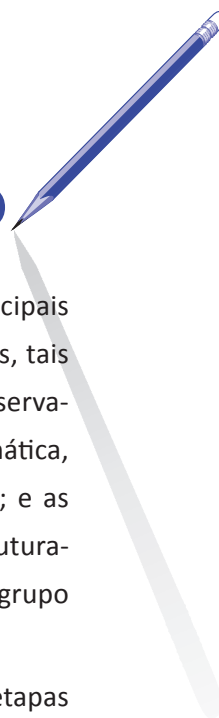
Essas duas etapas são fundamentais para que o problema de pesquisa (a pergunta de partida) inicialmente elaborado pelo pesquisador seja adequada e suficientemente respondido. Sugere-se que a resposta à pergunta de partida seja o resultado de um processo bem articulado de análise e interpretação dos dados. Isto envolve, necessariamente,

comparações dos resultados alcançados no campo empírico com as teorias utilizadas para dar suporte às investigações. As hipóteses de pesquisa deverão também ser apresentadas comparativamente aos resultados alcançados.

Por fim, o pesquisador deverá responder com clareza e objetividade à pergunta de partida, finalizando o seu trabalho com o apontamento das limitações de sua pesquisa (tendo em vista os resultados alcançados) e sugerindo a realização de novas pesquisas (a continuidade do conhecimento científico).

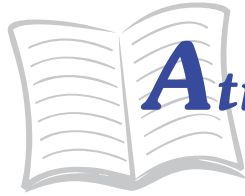
Miles e Huberman (1984) apresentam, em seu livro *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*, um trabalho vastíssimo de orientação para o pesquisador nas etapas de análise e apresentação dos dados. Nessa obra, os autores propõem procedimentos que se estendem desde a coleta até a análise final dos dados. “Tais sugestões podem ser de grande utilidade, principalmente para o pesquisador iniciante.” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 171)

Resumindo



Ao longo da Unidade 5 foram apresentados os principais instrumentos e técnicas para a coleta de dados empíricos, tais como: os diferentes tipos de técnicas de observação (observação assistemática ou não estruturada, observação sistemática, observação não participante e observação participante); e as várias modalidades de entrevistas, entre elas: as estruturadas, as semiestruturadas, as em profundidade e as em grupo e grupos focais.

Finalizamos esta Unidade com a descrição das etapas constituintes da fase de análise de dados empíricos (seleção, codificação e tabulação); e com a interpretação de dados, que representa o “núcleo central da pesquisa”, pois expressa a capacidade de reflexão e síntese do pesquisador em relação aos dados e informações analisados na fase anterior.



***A**tividades de aprendizagem*

Agora que você conheceu os instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados, que tal praticar os exercícios de fixação que preparamos? Em caso de dúvida, releia cuidadosamente o texto e, se precisar de ajuda, consulte o seu tutor.

1. Enumere quais são as possíveis modalidades de entrevistas no processo de coleta de dados de uma pesquisa. Justifique a sua resposta.
2. Reflita: qual modalidade de pesquisa seria mais adequada para o pesquisador que pretende analisar a satisfação de funcionários de uma organização pública em relação ao ambiente de trabalho? Apresente, pelo menos, um exemplo.

UNIDADE 6

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS



OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade, você deverá ser capaz de:

- ▶ Conhecer a estrutura de um relatório de pesquisa; e
 - ▶ Redigir o seu relatório de pesquisa.
-

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Estruturar e produzir um trabalho científico é uma tarefa que depende do cumprimento de uma série de determinações, as quais irão possibilitar ao pesquisador expor e desenvolver, de maneira articulada e organizada, o seu estudo para todos os leitores interessados. Um texto científico está assentado, basicamente, num tripé formado pelos chamados “elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais”, os quais iremos estudar mais detalhadamente nesta Unidade. Conhecer essa estrutura irá ajudá-lo muito na hora de redigir seus próprios textos.

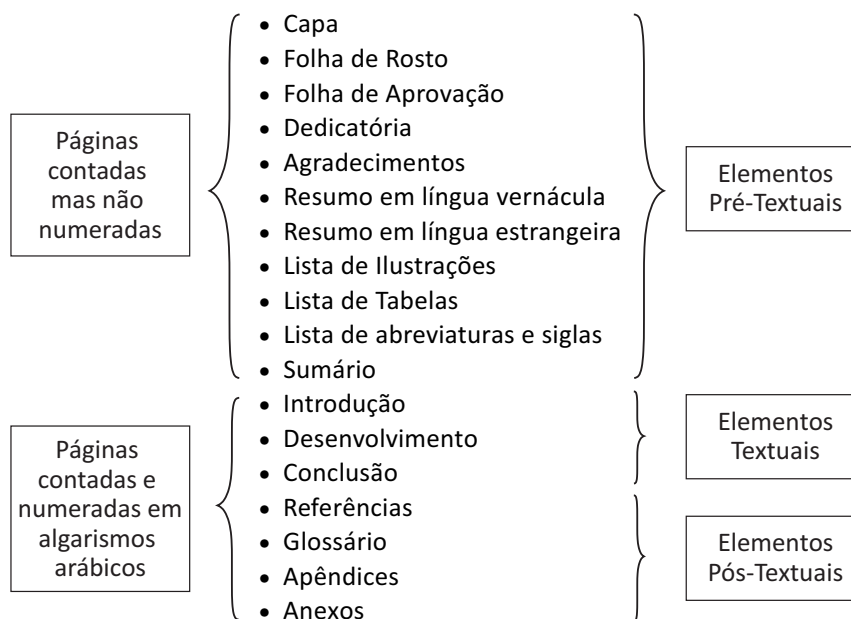
Relatório de Pesquisa

A redação de um relatório de pesquisa consiste na expressão textual do raciocínio desenvolvido em um trabalho de pesquisa. Essa estrutura formal, apresentada em um texto pronto, articulado e organizado, não revela o processo subjacente, necessário para sua construção. A melhor maneira de compreender mais a fundo esse percurso é analisando o próprio processo de produção de seu conteúdo.

Formalmente, um padrão de relatório de pesquisa segue, grosso modo, a seguinte estrutura quanto aos elementos textuais: introdução; desenvolvimento (com seus subitens, como justificativa, objetivos e metodologia); e conclusão. Quanto aos elementos pré e pós-textuais temos, por exemplo, capa, sumário, apêndices, referências, entre outros, conforme a listagem a seguir (ABNT, NBR 14724, 2011):



Agradeço ao Professor
Dr. Oswaldo Gonçalves
Junior por suas valiosas
contribuições e sugestões
para a elaboração desta
Unidade.



Uma primeira constatação é que, apesar do que sugere esta divisão, não se começa o desenvolvimento de um projeto de pesquisa pelo item introdução. Esta será usualmente elaborada em último lugar, quando, então, a pesquisa encontrar-se mais consolidada e expressa num texto.

Qual o “porquê” disso?

A introdução, em muitos casos, levanta o estado em que se encontra a questão tratada pela pesquisa (também chamado comumente de “estado da arte”), mostrando o que já foi escrito a respeito do tema e assinalando a relevância e o interesse do trabalho. Manifesta também as intenções do autor e os objetivos do trabalho, enunciando seu tema, seu problema, sua tese e os procedimentos que serão adotados para o desenvolvimento do raciocínio. Lendo a introdução, o leitor deve sentir-se esclarecido a respeito do teor da problematização estabelecida pelo trabalho, assim como a respeito da natureza do raciocínio a ser desenvolvido. Mas fato é que a maior parte deste conteúdo só se alcança ao longo do desenvolvimento concreto do trabalho. Dessa

forma, só se pode redigir a introdução de forma clara e coerente com o todo ao final do desenvolvimento da pesquisa, sob o risco de se incorrer em falta de conexão entre essa parte inicial (fundamental e esclarecedora) e o restante do trabalho.

Concretamente, esse alerta vale também para as demais partes do trabalho. Isto é, as partes que compõem o trabalho - seus capítulos e, no interior deles, os parágrafos - devem ter uma sequência lógica rigorosa determinada pela estrutura do discurso. O mesmo vale para as subdivisões dos tópicos (itens, seções, capítulos...), que surgem da exigência do raciocínio lógico e da necessidade de clareza (e não de um critério puramente formal e/ou espacial). Um caráter de totalidade do trabalho deve garantir essa coerência integral, formando um todo orgânico que engloba as partes.

Mas onde tudo se inicia?

Sendo o relatório uma expressão organizada de um processo de pesquisa, o início se aloca mais propriamente naquilo que se denomina de desenvolvimento, o qual geralmente engloba os tópicos:

- ▶ problema de pesquisa;
- ▶ hipótese(s);
- ▶ objetivo geral e/ou específicos;
- ▶ justificativa para a realização da pesquisa; e
- ▶ metodologia.

Como se dá esse processo?

Qualquer pesquisa deve começar com a consciência sobre algo que pode parecer óbvio, mas que, por um vício intrínseco a algumas dinâmicas da escolarização, acabamos muitas vezes por não atentar. Isto é, se realiza uma pesquisa para saber algo que não se sabe! Uma pergunta ou problema para o qual já temos uma resposta

prévia, portanto, dispensaria esta necessidade. Logicamente que isso pode parecer uma simplificação, mas a natureza da pesquisa está aí retratada. Ao longo da vida escolar, aquilo que se denomina “pesquisa” consiste em, na melhor das hipóteses, reproduzir aquilo que está nos livros. O objetivo dessa pesquisa seria, portanto, o esforço de se procurar por algo predeterminado pelo professor e presente em estado final e acabado nos livros. Sob essa lógica, a avaliação recai sobre o esforço e não necessariamente sobre o sentido que adquire a pesquisa para o pesquisador. Superar esse vício da escolarização e entender o significado mais básico do exercício científico é o primeiro passo de qualquer percurso virtuoso de construção de uma pesquisa e, conseqüentemente, de sua expressão em um relatório.

Um segundo passo essencial e não transposto facilmente é sobre “o que” pesquisar. Ajustar os recursos (limitações) ao propósito pretendido é um exercício que exige esforço de adequação. Muitas vezes, na busca do sentido necessário da relação pesquisador-objeto, mola propulsora de qualquer pesquisa, acaba-se por gerar uma enorme desproporção entre as possibilidades reais de concretização de um projeto e aquilo que se almeja pesquisar. Não se resolve “o problema da humanidade” com um projeto monográfico, mas nem por isso se deve perder o desejo e o prazer de se pesquisar. Saber recortar determinado aspecto de uma realidade, maior e mais complexa, tendo em vista que a parcela menor a ser pesquisada contribui para o conhecimento do todo, é um passo necessário para a união da motivação para a pesquisa, justificativa ou relevância do estudo e possibilidades de concretização de um projeto de pesquisa em face das condições objetivas na qual se insere o pesquisador.

No processo de recorte da realidade a ser estudada, mais cedo ou mais tarde depara-se com aquilo que é o coração da pesquisa, que é o problema de pesquisa. Aqui cabe refletir mais uma vez sobre a idealização de um projeto e o processo de fato que leva à sua construção. Alguns autores colocam a determinação do tema-problema do trabalho como passo inicial da pesquisa, conforme mencionado na Unidade 4. Acontece que a vivência daqueles que atuam na área da metodologia da pesquisa, seja enquanto pesquisadores, seja enquanto orientadores, tem mostrado que esta é a etapa mais

árdua na elaboração de uma pesquisa. Isto porque, diferentemente do que pode sugerir a teoria, não se constrói instantaneamente um problema de pesquisa. Em alguns casos, isso se alcança por meio de uma experiência problematizadora vivenciada pelo pesquisador que acaba lhe permitindo mais facilmente identificar um bom problema a ser pesquisado. Outras vezes, no entanto, é necessário um acúmulo de leituras, seguinte à definição do tema, para que seja possível a identificação de um problema de pesquisa viável. Além do mais, em todos os casos, é muito natural e até esperado que, com o caminhar da pesquisa e com o aprofundamento permitido por esta, se reformule o problema, refinando-o e aprimorando-o.

Nesse sentido, problematiza-se a perspectiva de Severino (2007), que afirma ser necessário ter a ideia clara do problema a ser resolvido antes da elaboração de um trabalho. Sem dúvida esta seria a situação ideal. Mas a realidade mostra muitas vezes que os caminhos que conduzem à elaboração de um projeto de pesquisa são mais tortuosos. A relação entre as cinco etapas que aponta Severino (2007, p. 73-4) (“1. determinação do tema-problema do trabalho; 2. levantamento da bibliografia referente a esse tema; 3. leitura e documentação dessa bibliografia após a seleção; 4. construção lógica do trabalho; 5. redação do texto”) tem, por sua vez, no presente trabalho, um caráter essencialmente dinâmico e não estático, num processo marcado por possibilidades constantes de reformulação do problema de pesquisa. Logicamente que se trata de um processo finito, com seu término esperado num ponto de maturação a ser atingido pelo projeto, possibilitando clareza suficiente para que ele alcance seus objetivos consolidados no texto final.

Não obstante essa ressalva, é necessário dizer que, em hipótese alguma, significa que em um ou outro caso não se possa atingir o patamar de qualidade esperado. De fato, num ou noutro caso, o que se espera é uma ideia clara daquilo que se pretende *dizer* a respeito do assunto escolhido e que se apresenta como uma tomada de posição sobre determinado tema ou problema.

A descrição do processo de problematização da pesquisa deve ser iniciada com uma apresentação do contexto - a contextualização da problemática - no qual o objeto de estudo está inserido. Em

geral, parte-se da descrição de situações ou fenômenos amplos que envolvem o objeto, e que constituem os contornos gerais nos quais a problemática está inserida, até a sua particularização precisa e bem delimitada. Procura-se, ao longo deste processo, apresentar para o leitor, as articulações entre as esferas mais gerais do contexto, avançando-se gradativamente até os níveis mais particulares, que configuram a descrição precisa dos contornos da problemática estudada.

A colocação clara do problema em alguns casos desencadeia a formulação da hipótese geral a ser comprovada no decorrer do raciocínio. Havendo ou não hipótese(s), quando o autor se define afinal por uma solução que pretende demonstrar, este posicionamento adquire então a forma lógica de uma *tese*, de uma *ideia central*, ou seja, de proposição portadora da mensagem principal do trabalho, que deverá ser apresentada, logicamente, por meio do raciocínio.

A partir daí já se pode estabelecer aonde o pesquisador quer chegar com a realização do trabalho de pesquisa. Tem-se, portanto, o objetivo, que é sinônimo de meta, fim. Alguns autores separam os objetivos em *objetivos gerais* e *objetivos específicos*. O que importa agora é então refletir no *como* se atingir esse(s) objetivo(s).

Nesse sentido, além do “por que” (motivação para realização da pesquisa) e do “o que” (objeto e problema de pesquisa), o “como” pesquisar é algo do qual não escapa de se deparar o pesquisador. O “como” diz respeito ao método, mais propriamente chamado, na dinâmica do projeto, de metodologia. Há diversas possibilidades e caminhos a seguir.

Costuma-se dizer que “não somos nós, enquanto pesquisadores, que escolhemos o método. Nosso objeto de pesquisa é que escolhe por nós”. Essa frase serve para expressar a nossa limitação na abordagem, necessariamente mediada pelo perfil de nosso objeto.

De modo geral, uma grande divisão que se faz é entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Mais recentemente, vêm ganhando impulso pesquisas quanti-quali que procuram se valer de ambos os métodos, vistos em posturas mais serenas como complementares, frente a posturas que polemizam sobre a superioridade de um e de outro.

Enquanto os estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseados em

hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir eventos e geralmente não emprega instrumental estatístico para análise de dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada daquela adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas é frequente o pesquisador procurar entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada (a visão subjetiva do pesquisador) e, a partir, daí situar sua interpretação dos fenômenos estudados, conforme apresentado na Unidade 3.

Independentemente do tipo, uma boa pesquisa deve primar pela busca da máxima objetividade, ainda que sempre haja uma subjetividade intrínseca na relação pesquisador-objeto. Uma situação que ajuda a compreender isso pauta-se, por exemplo, na percepção de que “qualquer descrição já é uma forma de análise”.

Mesmo considerando-se isso e o caráter processual de construção do texto enquanto expressão da pesquisa desenvolvida, como suas idas e vindas à busca de aprimoramento nas suas sucessivas versões, não se deve abrir mão do máximo rigor na utilização do método (busca da objetividade). Aliado a essas necessárias percepções, o pesquisador deve ter consciência da impossibilidade de esgotamento do tema abordado, da provisoriedade alcançada no tocante aos resultados de sua pesquisa, dado o processo constante de superação do conhecimento por estudos vindouros. Essa necessária humildade diante do fazer científico é uma condição que nos permite avançar com honestidade e prudência. Importante salientar que isso não torna os resultados da pesquisa “menores”, pelo contrário. Essa real dimensão possibilita acrescentar algo de novo, num movimento cumulativo, com fluxos e

refluxos, isto é, com confirmação ou reformulação dos conhecimentos gerados, característica que permite o avançar da ciência.

Cumprido esse percurso de pesquisa até aqui descrito, o trabalho caminha para a síntese, que é a *conclusão*, em geral caracterizada por uma retomada daquilo que o trabalho traz de principal, com a apresentação sintética dos principais resultados obtidos.

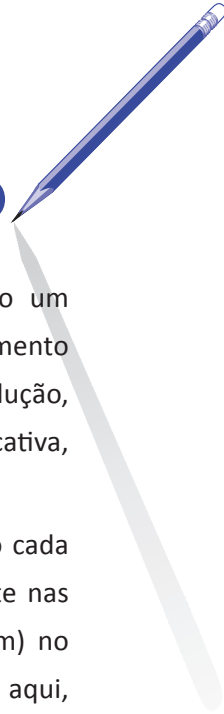
Como dito no início, ao terminar esse processo, tendo-se ciência e clareza sobre o conteúdo elaborado, parte-se para a redação da parte introdutória do projeto: a *introdução* (e também dos elementos pré e pós-textuais).

A estrutura do texto é reflexo de como a ciência é atualmente concebida por aqueles que a praticam, tendo no texto o seu principal produto, o qual permite a circulação de ideias e conhecimentos (por meio de teses, dissertações, monografias, artigos, resenhas etc.). Não por acaso, o texto científico é, ele mesmo, um tema de investigação científica para muitos autores, além de servir a outros autores interessados em avançar na compreensão de assuntos diversos (considerando-se aqui a pesquisa bibliográfica, passo de qualquer pesquisa).

A desmistificação de que um projeto de pesquisa se realiza como se apresenta formalmente na estrutura de seu texto, num percurso lógico e linear, desenvolvido de forma coerente e sem percalços, deve servir de estímulo – e não o contrário – para que os iniciantes se aventurem sem medo por esse universo marcado por aprendizados constantes e também por descobertas.

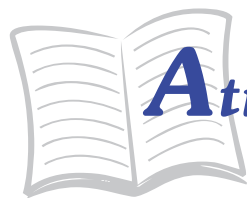
Há algumas qualidades que o jovem pesquisador deve possuir. Segundo Martins (2000b), no ensino de metodologia da pesquisa para administradores, “[...] a independência mental, a curiosidade intelectual, a perseverança no trabalho são qualidades indispensáveis ao cultivador da investigação”. No [link](http://www.eac.fea.usp.br/eac/observatorio/metodologia-para-pesquisador.asp) a seguir leia esta e mais outras dicas valiosas no processo de elaboração de pesquisas acadêmicas entre jovens pesquisadores: <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/observatorio/metodologia-para-pesquisador.asp>>. Acesso em: 29 out. 2015.

Resumindo



Nesta Unidade conhecemos como é estruturado um relatório de pesquisa, com destaque para o aprofundamento dos elementos textuais, formados pelas seções de introdução, desenvolvimento (com seus subitens, tais como justificativa, objetivos e metodologia) e conclusão.

Em cada uma dessas seções pudemos rever como cada uma das etapas da pesquisa, abordadas detalhadamente nas Unidades anteriores deste livro, têm lugar (se encaixam) no momento final de redação do relatório de pesquisa. Será aqui, durante a redação do relatório de pesquisa, que o pesquisador revelará a sua máxima capacidade para expressar com precisão e profundidade o longo trabalho de pesquisa realizado. Isto se materializa por meio de um texto simultaneamente objetivo e fluido.



Atividades de aprendizagem

Agora que você conheceu a estrutura e a organização dos trabalhos científicos, sugerimos que realize os exercícios para praticar e fixar o conteúdo da Unidade. Lembre-se: caso necessite de auxílio, contate o seu tutor.

1. Com base no conteúdo apresentado anteriormente, qual é a fase de pesquisa mais importante no processo de um trabalho científico? Justifique a sua resposta.
2. Quais são os principais desafios de um pesquisador na definição de seu objeto de pesquisa (“o que estudar?”)?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caros alunos, chegamos ao final da disciplina!

Durante a leitura desse livro-texto, você teve a oportunidade de compreender a importância em aprofundar certos temas que o acompanharão durante todo o curso, seja na elaboração de seu TCC ou mesmo na realização de trabalhos acadêmicos para outras disciplinas.

Na primeira unidade tivemos a oportunidade de conhecer alguns dos principais instrumentos para a prática de estudos, além de refletirmos sobre a importância na elaboração de um método de estudo. Lembre-se que, como estudante de um curso superior, certos atributos tornam-se centrais para o seu pleno desenvolvimento: a autonomia, a pró-atividade e a visão crítica são essenciais para a sua plena evolução acadêmica, assim como também na sua vida para além da universidade.

Revisitamos ao longo da segunda unidade os conceitos de ciência e conhecimento científico, além de aprofundarmos o entendimento sobre as principais características da pesquisa científica e suas particularidades no campo da Administração. Nessa unidade foram apresentadas as diferenças entre a metodologia e o método científico. Todos esses conceitos são seminais para o entendimento e definição da ciência e das especificidades que demarcam este tipo de conhecimento em relação a outros. Por isso, caro estudante, não deixe de pesquisar os materiais e referências indicados neste livro para ampliar o seu horizonte de estudos!

Vimos também, na terceira unidade, as características que distinguem os diferentes tipos de pesquisa científica, assim como as estratégias de pesquisa que fazem parte de algumas das mais importantes escolhas metodológicas, relacionadas à forma como o problema de pesquisa é cuidadosamente elaborado. Cada pesquisa possui suas próprias

características e especificidades. Por isso, conhecê-las e associá-las a seu cotidiano acadêmico e profissional é um exercício enriquecedor!

Na unidade quatro aprofundamos a compreensão sobre a pesquisa científica por meio do desmembramento de seu processo, formado por etapas que auxiliam o pesquisador a rascunhar o seu projeto de pesquisa. Como você pôde perceber, dentre essas etapas, a delimitação do problema e dos objetivos são essenciais para determinar a amplitude e a profundidade do estudo, e por isso merecem muita atenção; assim como, a execução de cada fase da pesquisa: incluindo o modelo de análise, a coleta e interpretação de dados e a elaboração de uma convincente conclusão.

Após cuidadoso planejamento o pesquisador deve dedicar-se a coletar seus dados e informações conforme abordamos na quinta unidade. Nessa seção pudemos conhecer os principais instrumentos e técnicas de coleta de dados, bem como as etapas constituintes da fase de análise de dados. Procure utilizar essas técnicas com seriedade e rigor, pois esse processo é fundamental para criar consistência em trabalhos e projetos acadêmicos.

Na sexta e última unidade, por fim, conhecemos como um relatório de pesquisa deve ser estruturado, com ênfase nos seus elementos textuais, constituídos pelas seções de introdução, desenvolvimento e conclusão. Procure exercitar e desenvolver a capacidade de comunicar-se com clareza e precisão em relação aos resultados provenientes de suas pesquisas. Pratique continuamente, pois o exercício regular da atividade escrita propiciará resultados surpreendentes e animadores para o seu progresso como pesquisador!

E que este livro possa auxiliá-lo a vencer os desafios acadêmicos que estão por vir.

Desejo-lhe muito sucesso!

Professor Renê Birochi

Referências



ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1999.

ASSIS, Lílían Bambirra de; PAULA; Ana Paula Paes de. Gestão Social e Bildung: reflexões sobre a importância da formação para a democratização no setor público. *Administração Pública e Gestão Social*, 6 (2), abr-jun. 2014, 57-64. Viçosa, Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/592#.VjJKYLerRaQ>>. Acesso em: 29 out. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR-10520 (NB 896)*. Informação e documentação – Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *NBR 14724*. Procedimentos para apresentação e normalização de trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edições 70, 1977.

BERTERO, C. O. *Ensino e pesquisa em administração*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BHATTACHERJEE, A. *Social Science Research: Principles, Methods, and Practices*. USF Tampa Bay. Open Access Textbooks Collection. Livro 3. 2012. Disponível em: <http://scholarcommons.usf.edu/oa_textbooks/3>. Acesso em: 29 out. 2015.

BUNGE, M. *La ciencia, su método y su filosofía*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 1973.

_____. *La investigación científica: su estrategia y su filosofía*. 5. ed. Barcelona: Ariel, 1976.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. London: Heineman, 1979.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHIBENI, Silvio Seno. *O que é ciência?* [2014a]. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/ciencia.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

CHIBENI. *Textos didáticos*. Página web do professor Chibeni que apresenta textos filosóficos introdutórios sobre temas da filosofia da ciência. Campinas: 2014b. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/textosdidaticos.htm>>. Acesso em: 29 out. 2015.

CONCURSOS EM ADMINISTRAÇÃO. Experiência de Hawthorne. 17 dez. 2010. Disponível em: <<http://concursosemadm.blogspot.com.br/2010/12/experiencia-de-hawthorne.html>>. Acesso em: 29 out. 2015.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de Pesquisa em Administração*. 7. ed. São Paulo: Bookman, 2003.

DEMO, P. *Metodologia para quem quer aprender*. São Paulo: Atlas, 2008.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *Handbook of qualitative research*. Londres: Sage, 1994. p. 105-117.

DESCARTES, R. *Obra escolhida*. Trad. J. Guinsburg e B. Prado Júnior. São Paulo: Difel, 1973.

DEWEY, J. *Democracy and education*. Nova Iorque: McMillan, 1916.

EISENHARDT, K. Building theories from case study research. *The Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FAGUNDES, A. Cuidados para a formulação dos objetivos de pesquisa. *Revista Educação - UnG*, América do Norte, 3, sep. 2008. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/199>>. Acesso em: 29 out. 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). *Métodos de*

Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

KNOWLES, M. Preface. In BOUD, D. (Ed.). *Developing student autonomy*. Londres: Kogan Page/Nichols Publishing Company, 1988.

KUHN, Thomas. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LANGLEY, A. Strategies for theorizing from process data. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 691-710, 1999.

LAZZARI, F. *O efeito placebo do país de origem sobre o desempenho de produtos*. 2013. 170 f. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72772/000886257.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 out. 2015.

MACIEL, F. S. *Organização do Trabalho, Realização e Dor: concepções acerca do assédio moral nas organizações*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. Editora Atlas, 2010.

MARTINS, G. A. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo: Atlas, 2000a.

_____. *Síntese de Roteiro para Elaboração de um Projeto de Pesquisa*. 2000b. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/observatorio/metodologia-projeto-pesquisa.asp>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

MARTINS, G. de A.; LINTZ, Alexandre. *Guia para elaboração de monografia e trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 2000.

MILES, M.; HUBERMAN, A. *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos*. 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. *Research Methods for Business Students*. 5. ed. São Paulo: Pearson Education, 2009.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STAKE, R. *Multiple Case Study Analysis*. Nova Iorque: Guilford Press, 2006.

THIEL, S. V. *Research Methods in Public Administration and Public Management: an introduction*. New York: Routledge, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, R. Conducting Case Studies: Collecting the Evidence. In *Case Study Research, Design and Methods*. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2003. p. 83-108.

WEDEMEYER, C. *Implications of Open Learning for Independent Study*. Artigo apresentado na Conferência ICCE. Brighton, Inglaterra, 1975.

MINICURRÍCULO

Renê Birochi

Professor permanente nos cursos de graduação e pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua regularmente como professor convidado da FGV-EAESP em cursos de pós-graduação em Administração Pública e como pesquisador do Centro de Estudos de Microfinanças. Participa como membro editorial e revisor de vários periódicos nacionais e internacionais. Atuou como pesquisador visitante convidado na École des Hautes Études Commerciales - Université de Montreal, Canadá, entre 2009 a 2011. Na HEC/Montreal realizou, adicionalmente, estágio doutoral em Administração. Possui doutorado em Administração de Empresas pela FGV-EAESP, mestrado em Administração de Empresas (USP); MBA em Finanças (INSPER) e estudou, em nível de graduação, Filosofia (USP) e História (PUC-SP). Possui mais de 25 anos de atuação profissional como executivo e consultor organizacional, onde ocupou posições de CEO, diretoria e gerência em empresas multinacionais e nacionais como Microsoft e Hughes Telecomunicações. É autor de capítulos de livros, com destaque para *Educação Online*, finalista ao prêmio Jabuti em 2003, na categoria Educação.

